

Separar-se

dos pais:



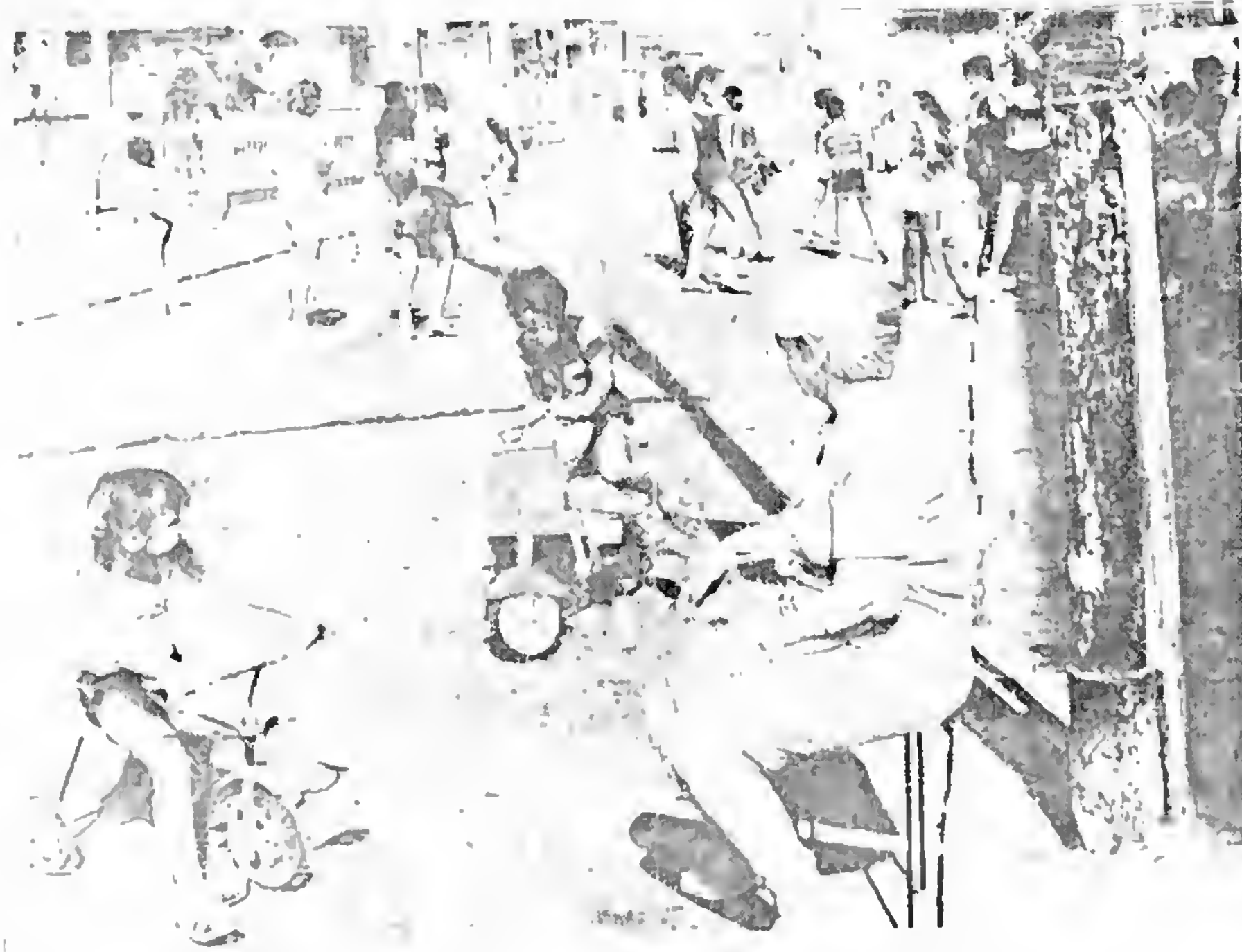
um direito dos filhos?

Em suas edições de domingo passado, os jornais anunciavam que um projeto de lei elaborado por uma comissão do governo sueco encarregada de estudar os direitos da criança permitirá aos filhos "o direito de "divorciar-se" dos pais". As separações serão aprovadas quando se conseguir provar que aqueles pais "são incompatíveis com os filhos, ou inadequados como educadores".

Uma realidade na Alemanha um esboço de lei na Suécia. E no Brasil? Que dispositivos legais existem hoje entre nós nesse domínio do direito? Em que situação pode-se enquadrar uma criança visivelmente prejudicada por um convívio compulsório, com pais pelos quais ela não se sente amada? Se a marido e mulher é garantido o direito de separação (pelo menos de corpos) por incompatibilidade de toda sorte, essa mesma alternativa estaria ao alcance de um filho física e moralmente violentado no dia-a-dia da casa paterna?

Um menino de 12 anos acaba de entrar no ônibus, atravessa a roleta. De repente, uma mulher com as mãos cheias de embrulhos se atraca

a gritar: "É meu filho, pega ele, fugiu de casa há cinco dias, está perdendo escola. Vou pegar ele à força, dar uma surra pra ele aprender". O mo-



com ele os pacotes rolam, os passageiros não fazem nada, apenas olham. Estão apavorados. Um homem comenta baixinho: "Essa mulher tem é peito, vai ver é um pivete que ela reconheceu". O menino corre para a frente do ônibus, já vai saltar. A mulher começa

torista para o ônibus, agarra o menino pela blusa, o trocador sai pela porta traseira e vem para a frente ajudar o colega. O menino começa a gritar: "Eu estou na casa da minha avó, eu não volto, me larga, eu não quero ir com ela". Dominado, com as roupas rasgadas,

o garoto é deitado no chão. Para um táxi, ele é jogado dentro. A mãe entra e eles partem em disparada.

-- Infelizmente, o que se vê hoje é que a lei mais moderna que existe, a lei do divórcio, ainda trata a criança como um *objeto* - diz o juiz Alyrio Cavallieri.

- Afinal de contas, o que fazem os juizes de família quando fixam o regime de visitas ao filho por pais separados? O juiz determina que o pai fique com o objeto, quer dizer, com o filho, tantos dias. Que a mãe fique com ele outros tantos dias. São os objetos, são os pertences. Quando vejo uma briga em torno de uma criança, o pai querendo o filho segunda, quarta e sexta, a mãe dizendo que fica com ele nas terças, quintas e sábados, aí eu digo: Vê se pensam no avó, quem sabe a criança gostaria de ficar ao menos um dia com ele?

Afirma o juiz que o "nosso direito tradicional é calcado na premissa de que existe o pátrio poder". Lembra que, no passado, o pai podia matar o filho - "Abraão mataria Isaac de acordo com a lei". E foi exatamente essa antiga noção de pátrio poder que acabou chegando até nós e que hoje é reconhecida pela lei e pela justiça. Mas há posições revolucionárias dentro do direito, diz o juiz Alyrio Cavallieri. Ele se lembra do verdadeiro escândalo provocado em janeiro de 1975 pelo professor mineiro João Batista Vilela, ao discorrer, em Berlim, durante um congresso de direito de família, sobre o que denominou "desbiologização da paternidade".

-- Pai é quem cria - afirmou categoricamente o professor mineiro naquela ocasião. Para o juiz Cavallieri, isso contribuiu enormemente para a abertura de novos caminhos que acabariam por facilitar o processo de adoção.

Se a figura do pátrio poder assegura aos pais a posse do filho, cabe ao juiz o papel de impedir que isso acabe por transformar aquela pessoa em um mero objeto, em um pertence, em "uma coisa". Há muito tempo Alyrio Cavallieri vem recomendando a outros juizes o máximo de cuidado diante de uma carta precatória, para buscar e apreensão de um menor.

-- Não precisa de lei para o filho deixar a casa dos pais. A vara de família é que decide sobre o direito dos pais sobre a criança - explica - O que eu sempre recomendo é que, antes de determinar a busca e apreensão, o juiz examine a situação. Se um menor fugiu de Pernambuco para o Rio e seus pais exigem sua volta e conseguem, através da vara de família de lá, uma ordem de busca e apreensão, o correto é o juiz examinar primeiro a situação. Às vezes era um menor que era sequestrado pelo pai, humilhado pela mãe. E que se cansou e decidiu ir para a casa de uma tia de um parente que lhe dá carinho, que lhe arranhou escola. Nesses casos, ao invés de busca e apreensão, o juiz de menores deve ficar aguardando e, constatada a situação do menor, comunicar-se com o colega explicando o que verificou. Cabe ao juiz que expediu a ordem entender-se com os pais.

Para o juiz Alyrio Cavallieri, as leis da Suécia e Alemanha "não apresentarão grandes novidades, a não ser que fixem idades para a separação". Pelo Código de Menores de 1927, eram considerados "abandonados" os filhos maltratados pelos pais. A constatação dos maus tratos podia acarretar a perda do pátrio poder e o afastamento dos filhos do lar. O que se verificou durante muito tempo, porém foi uma certa complacência em relação a atitudes pateras. Até ser considerado um menor "abandonado", o filho era obrigado a trilhar caminhos tão dolorosos que por vezes nem resistia, lembra um estudante de direito, que não quis se identificar, julgar-se "vítima dessa situação". O novo Código de Menores, promulgado, dia 10 de outubro, e que começará a vigorar em fevereiro de 1980, conseguiu de fato preencher as lacunas existentes na legislação anterior. Hoje uma criança não precisa ostentar ferimentos, queimaduras, danos físicos de toda natureza para poder ser creditada diante de um Juiz de Menores. Pelo novo código, ela não é mais uma "abandonada" porque foi "maltratada" (as lesões corporais eram praticamente as únicas levadas em consideração). Qualquer humilhação, crueldade, arbitrariedade e castigos infligidos pelos pais darão condições à criança de se tornar requerente da separação.

Sala do Juizado de Menores. Trazida pelo diretor de sua escola, a menor L.R. 15 anos, foi procurar o juiz de menores. Chegou chorando, mal podia falar. Diante do juiz, conseguiu falar-lhe de seu pavor pelos pais. Ela não queria mais viver na companhia deles. Preferia ficar na casa da avó e de duas tias. Lá, sentia-se amada, não era perseguida. "Se o senhor me obrigar a voltar, eu me mato".

O juiz de menores em exercício, Paulo Roberto Leite Ventura, ainda se recorda da expressão de medo no rosto da menina, de seu bloqueio, de como ela parecia desesperada. Ele decidiu ouvir os pais, e depois a avó, as tias. Mais tarde procurou reunir toda a família.

-- O pai e a mãe choraram e disseram que não sabiam de nada daquilo que a filha dissera - conta o juiz Paulo Roberto Ventura - O que me deixou mais perplexo foi o que aconteceu quando ouvi a avó da menina. A avó elogiou o genro, disse que ele era muito bom. Depois acusou a filha de não ser uma boa mãe e finalmente disse que não compreendia como os pais podiam ser tão rigorosos com a menina. Eu então entendi que a menina se sentia melhor na companhia da avó e das tias porque elas eram mais permissivas, mais liberais. Houve uma entrevista em que o pai perguntou à menina se ela se lembrava de que ele havia conversado com ela, tentado melhorar as coisas. A menina foi sincera: "Lembro, sim, mas não quero mais viver com você. Não sou feliz com você. Me sinto amada. Quero voltar para a casa da minha avó".



O juiz acabou decidindo pela volta da menina à casa dos pais. E fez isso por dois motivos. Primeiro porque pelo antigo código de menores nada havia naquele caso que comprovasse legalmente a culpa dos pais e portanto autorizasse a cassação do pátrio poder. Segundo, por uma experiência adquirida ao longo da carreira no trato com menores vítimas de desamor.

Dependendo do julgamento do juiz de menores, e segundo o Código de Menores promulgado no mês passado, pai e mãe estão sujeitos a perder o pátrio poder, mediante constatação de "maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis" (artigo 2º, que considera "em situação irregular o menor" submetido a esse tipo de tratamento). Ainda em "situação irregular" está o menor "com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária" (Item V do

artigo 2º). Para o juiz Alyrio Cavallieri, ao falar de "maus tratos" e de "castigos imoderados", o novo código permitiu ao juiz uma atuação mais eficaz no que diz respeito à segurança e ao bem-estar da criança.

-- 'Maus tratos' é uma expressão muito ampla. Inclui um tipo de martírio do ponto de vista psicológico. Neste caso, o juiz poderá aplicar as seguintes medidas com relação aos pais: fazer uma advertência em processo; obrigar o pai a submeter o menor a um tratamento de psicoterapia, em centros de orientação infanto-juvenil; impor multas; e, finalmente, determinar a perda do pátrio poder e guarda da criança.

**Nova creche em
Pinda este ano**

Além de duas novas unidades escolares, em fase de conclusão, Pindamonhangaba contará, brevemente com sua primeira creche, construída em área doada por particulares, próxima ao Centro de Saúde "Emílio Ribas". *F/SP 5/Jan/79*

CONCLUSÃO

As novas escolas — uma com recursos municipais e outra custeada pela Secretaria da Educação, através da Conesp — estão tendo acelerados os seus trabalhos de conclusão, com vistas ao seu funcionamento ainda no presente ano letivo.

A creche, localizada em área de 600 metros — doada por Arnani Basso e Jocelir de Paula, começará a ser construída nos próximos dias, devendo ser entregue até maio próximo.

Creche definirá forma de obter mais fundos

Uma reunião no próximo dia 17 definirá as medidas a serem tomadas pelo "Lar Nossa Senhora da Consolação", que corre o risco de perder suas instalações, na rua Gravataí, caso não consiga arrecadar 10 milhões de cruzeiros.

A irmã Irene Lopes, que fundou o Lar há 11 anos, mostrava-se ontem à tarde satisfeita com as primeiras repercussões em torno do anunciado despejo da entidade. "Em menos de um mês já conseguimos juntar 350 mil cruzeiros. Por isso, decidimos partir para uma solução definitiva, analisando com a nossa diretoria, no próximo dia 17, a melhor forma de proseguirmos na campanha de arrecadação de fundos".

Ela acredita que a movimentação em torno do Ano Internacional da Criança poderá contribuir para a ampliação de sua obra. "Mas a verdade é que ainda não sabemos o que fazer para conseguir contribuições graúdas, porque, por enquanto, só estamos sendo auxiliados pelos amigos mais chegados".

O Lar Nossa Senhora da Consolação, que hoje abriga 180 crianças, começou numa casa da rua Gravataí, com um pequeno grupo de garotas vindas de Parai-buna para prosseguirem os estudos na Capital. "Depois — explica a irmã Irene — como consegui alugar, outras duas casas vizinhas, comecei a aceitar crianças, cujas mães trabalhavam o dia inteiro fora e não tinham com quem deixar os filhos. Hoje, ocupamos sete casas, com 60 crianças no semi-internato e o restante morando com a gente".

Por ter berçário, o Lar aceita crianças desde um mês de vida "que aqui podem ficar até ingressarem na faculdade. Isso no caso de meninas, pois só ficamos com meninos até seis anos de idade", acrescentou.

Do primeiro aluguel de Cr\$ 320,00, os gatos do Lar só em moradia subiram para Cr\$ 25.000,00, que a entidade consegue saldar através de convênio mantido com a Prefeitura (Cr\$ 20 mil mensais). "Além disso, diariamente recebemos doações em espécie (especialmente gêneros de primeira necessidade) de pessoas amigas".

Irmã Irene recorda que seu primeiro contato com a proprietária dos imóveis alugados pelo Lar, Angelina Nori, não tirou sua esperança de poder continuar com "as crianças" na rua Gravataí, "pois ela nos prometeu aguardar nossa decisão e também disse que vai nos dar prioridade no caso de optarmos pela compra das

CRECHES MODELO EM NITERÓI

UMA EXPERIÊNCIA
AMEAÇADA
DE NÃO
SAIR DO PAPEL

Cleusa Maria

UM projeto pouco comum, que teria entre suas finalidades testar os diferentes tipos de creches existentes no Brasil, está ameaçado de não se concretizar. A ideia de criar três variantes de creches em Niterói partiu da constatação de que essas instituições proliferam sem se preocupar com as faixas de população que as utilizam. Mas, apesar do apoio tanto de mães — "já há até pedidos de vagas" — quanto de profissionais especializados que oferecem seus serviços à iniciativa, o projeto tem se defrontado com muitos problemas.

A frente do projeto, D Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, socióloga e mulher do prefeito de Niterói, não se deixa desanimar pelas dificuldades encontradas. E continua com o firme propósito de levar a ideia adiante. É ela quem relata as marchas e contramarchas do projeto desde outubro de 77.

Nessa época, procurei o Ministro Nascimento Silva, da Previdência e Assistência Social, já com a ideia de criar as creches em Niterói. Com o Ministro estava, ainda, o secretário do Bem-Estar Social, Dr Marcos Cardau. Já nessa audiência, expliquei que não se tratava de um projeto comum, e sim de um laboratório que teria como objetivo testar os diferentes tipos de creches existentes no Brasil: Lar Substituto, Creche Comunitária e Creche Institucionalizada.

Nessa ocasião — continua D Celina — tanto o Ministro quanto o secretário do Bem-Estar Social aceitaram a ideia exposta.

Nossa indagação é que tipo de creche se adapta melhor a determinado tipo de população, a que grupos sociais ou a que área profissional específica. Isso, porque penso que as creches estão proliferando sem essa preocupação. Assim, não resolvem nem os problemas da mãe que trabalha fora, nem das crianças nem da família.

Ela lembra que, nessa audiência, alertou o Ministro e o Secretário, de que para se criar esse laboratório — experiência modelo dentro do país — seria preciso investir alto.

Principalmente em pessoal qualificado e de bom nível. Disse até que disso eu não abriria mão. E, apesar de estarem diante de um esboço de projeto, os dois não se desistiram. A ideia, porém, foi clara e estimulada a elaboração de um projeto final que incluísse orçamento.

D Celina faz um parêntese para explicar que "se eles tivessem dito não, eu teria aceito. Colocaria a pasta debaixo do braço e iria embora".

Mas como me estimularam, continuei trabalhando na ideia. Saímos da audiência — eu estava acompanhada do Dr Ugo Tomassini, secretário de Saúde de Niterói — e fomos tratar de produzir o projeto que foi entregue ao Ministro.

ele, continham um orçamento que previa uma verba total de Cr\$ 50 milhões em quatro anos. Em 78 precisaríamos de Cr\$ 8 milhões; em 79, de Cr\$ 10 milhões; em 80, de Cr\$ 14 milhões e em 81, de Cr\$ 18 milhões.

Com essa verba seriam montadas quatro creches e 350 seriam atendidas. E D Celina observa ter consciência de que se trata de um projeto caro.

Atenderíamos a poucas crianças, num mundo de tantas outras abandonadas. Mas não estou discutindo quantidade e sim qualidade. É essa qualidade que consiste em dar à criança que passará 10 horas na creche, enquanto a mãe trabalha e se locomove de um lugar a outro.

O projeto prevê também grande articulação com outras instituições de cidade. A Prefeitura daria as sedes e assistência médica, além de vínculos escolares. Também o trabalho comunitário das irmãs Vicentinas, no Morro do Cavalo, seria utilizado pela creche.

Isso facilitaria muito o processo de trabalho da LBA.



D Celina Moreira Franco acredita na palavra do Ministro Nascimento Silva e espera que a LBA

Ela volta a se referir aos altos custos do projeto para sublinhar que, como se trata de um laboratório, não poderia ser diferente.

Parto do princípio de que toda experiência de tirar o menor de seu meio, por mais doente que seja esse ambiente, e sempre negativa. Ele convive num meio pobre, vai para um internato e lá se depara com novas condições de vida, com mil artifícios (TV a cores, entre outros) que não encontrará na sua vida real. Quando volta para casa está duplamente desajustado.

D Celina lembra que a família cria um processo de rejeição muito forte. Em consequência essas crianças não se adaptam a seu meio real.

Ao contrário dos internatos, as creches procuram fortalecer a mãe, que, na verdade, é quem tem a responsabilidade biológica e social dos filhos. A creche não tira a criança do convívio familiar e dá condições para que a mãe trabalhe e eleve seu nível econômico.

Numa indústria de sardinhas, na Ilha da Conceição, havia vagas para 500 mulheres. A gerente só conseguiu preencher três, porque as mulheres não tinham com quem deixar os filhos para trabalhar.

Não acredito também que adiante fazer creches para atender mães por curto espaço de tempo. Isso não resolve o problema de ninguém, pois as creches não existem para que as mães fiquem batendo pernas na rua, e sim para que possam trabalhar. É preciso de uma assistência mais concreta, para se evitar a marginalização social.

D Celina retoma o fio da meada e volta a falar dos trâmites do projeto até hoje.

Até outubro de 78 não tive qualquer resposta sobre o projeto apresentado em abril. Ligava semanalmente para o Ministério sem qualquer resposta positiva ou negativa. Em outubro, liguei decepcionada. Ele, então, me pediu uma semana, depois da qual o presidente da LBA entraria em contato comigo. Mas isso só aconteceu após reportagem publicada no JORNAL DO BRASIL no dia 4 de dezembro.

Logo em seguida, o Secretário de Saúde da Prefeitura de Niterói, foi procurado pela LBA para discutir a minuta do convênio.

Tudo discutido, devolvemos, no dia 20, o projeto reformulado, prevendo a aplicação de Cr\$ 3 milhões 750 mil na reforma de um prédio, compra de material e pagamento de pessoal. Foi até levantada a possibilidade de treinarmos, junto ao pessoal pago, funcionários da LBA de Niterói.

UMA semana depois — acrescenta D Celina — um representante da LBA telefonou dizendo que a assinatura do convênio seria adiada para janeiro. E até hoje nada aconteceu.

Mas carta enviada ao JORNAL DO BRASIL — publicada no Informe JB, explica que a LBA não assinou o convênio com a Prefeitura de Niterói, "porque o contrato saiu errado". A mesma carta diz ainda que "pela Portaria 372/76, a entidade não pode financiar projetos que incluam o pagamento de pessoal. Só pode aplicar recursos na alimentação de crianças e nas instalações".

De qualquer modo D Celina continua confiando na palavra do Ministro e lutando pelo projeto.

Acredito que esses argumentos se devam a problemas burocráticos. Se não, o Ministro teria dado resposta negativa na primeira audiência, quando foi alertado, inclusive, para o problema do pagamento de pessoal. Acho tudo isso muito incoerente. E se o convênio ficar para o próximo Governo, levará mais um ano para ser assinado. Mas meu compromisso é com o Ministro Nascimento e Silva. Foi ele quem

Ano I da criança brasileira

60 12/01/79

0 SP

Margarida Genevois

Com grande estardalhaço foi anunciado o Ano Internacional da Criança e o Ano I da Criança no Brasil.

Deus queira que se comece em 1979 a pensar mais seriamente no problema do menor no Brasil, que este ano seja realmente o início de uma nova fase em que o menor seja uma preocupação prioritária do governo e da ação social em todos os níveis.

As campanhas publicitárias, planejadas por técnicos especialistas levam aos jornais e TV imagens comoventes de crianças, na sua inocência ou fragilidade, alegres ou de olhar triste, mas sempre com apelos emocionais. Chocam-nos os dados da pobreza desta ou daquela obra; com tantas dificuldades financeiras, sustentam 100, 200, ou 500 crianças.

Muitos acorrem generosamente com a contribuição em dinheiro ou em espécies e ficam com a auto-satisfação de terem feito uma boa ação. Pode ser verdade, mas não basta — e é até uma impressão perigosa — pois pode comodamente satisfazer a consciência de muitos, achando que já fizeram sua parte para resolver o problema do menor carente.

O problema do menor no Brasil é tão grave que nossa preocupação deve ser constante e não esporádica, num momento emocional ou numa campanha de "se sentir bonzinho".

Há vários níveis de trabalho a ser feito. Por que tantos menores abandonados? Por que tantas crianças maltrapilhas vagando pelas ruas das grandes cidades, mesmo as mais ricas como S. Paulo? Fazer as pessoas pensarem sobre estes problemas, sobre suas causas é a primeira grande tarefa a ser feita.

Apenas 20% dos menores da FEBEM são crianças abandonadas; as outras 80% têm pai ou mãe, ou mesmo os dois. Mas eles não têm condições econômicas, psicológicas ou de saúde para criá-los. São famílias desorganizadas, mães solteiras, mães "largadas" cujos maridos abandonaram seus lares desesperados, muitas vezes, por não terem condições para sustentar a família.

Por que cresce o coeficiente da mortalidade infantil em proporção direta com a diminuição do poder aquisitivo do salário e o aumento do custo de vida? Pensar e fazer pensar sobre as causas, fazer pressão para que sejam minoradas é o primeiro grande passo pois agir sobre as consequências apenas não basta, é somente uma gota d'água.

Mas seria muito cômodo também cruzar os braços e dizer: "Não posso fazer nada para resolver o problema da concentração de rendas, do salário injusto, da falta de condições de higiene, de saúde, isto cabe ao Governo". Realmente cabe ao Governo a função inalienável de dar as diretrizes de uma política econômica para que todos os cidadãos tenham condições de viver com dignidade e com seus direitos assegurados. Mas, o Estado não pode resolver sozinho todos os problemas sociais da nação. Não se trata, quanto ao problema específico do menor, apenas de dar mais verbas. Uma porcentagem mínima de orçamento é atribuída à promoção social e à educação. Não se trata apenas de criar instituições e escolas.

O papel da comunidade é tão importante quanto a do Estado. Ela deve assumir o problema como SEU, participar em todos os níveis, desde as pressões para solucionar as

causas, o planejamento, as denúncias, a conscientização e a divulgação dos dados da realidade, até o trabalho efetivo e prático, pessoal, numa ação lúcida e objetiva, não apenas emocional e ocasional.

O trabalho pessoal é importante pois pode salvar e melhorar vidas e na base de todo trabalho deve estar o respeito à PESSOA do outro, e mais do que isto, o Amor ao outro. Sendo assim, tudo o que pode minorar a vida do outro deve ser feito de todas as formas. Mas o trabalho pessoal deve sempre ser visto como um esforço limitado, um detalhe dentro de uma tarefa mais ampla, de todos juntos, por uma sociedade mais justa.

Numa grande metrópole não pode haver o mesmo tipo de relacionamento que há em pequenas comunidades, mas pode se desenvolver o espírito do comunitário, do social, isto é, a consciência de que todos são responsáveis por todos, pela sociedade onde vivem.

Não se trata de difundir uma corrente de boa vontade, de uma atitude solidária, mas muito mais do que isto, de uma conscientização profunda, que leve o indivíduo a se convencer de que além de seus deveres de cidadão, ele tem uma obrigação a uma responsabilidade social.

Mas ninguém se conscientiza no vazio, no teórico separadamente dos demais. As consciências se formam na prática, o espírito participante se forma no esforço constante de fazer predominar o relacionamento solidário e envolvente em todas as relações humanas. Esta "conscientização" precisa ser constantemente realimentada para não se desgastar facilmente pelo hábito, pela ação anestesiante das massificações, pelo egoísmo das comodidades da sociedade de consumo.

A solução não é evidentemente passar a distribuir donativos. O essencial, o importante, é não ficarmos indiferentes à criatura humana que está à nossa frente. Cada menino pobre encontrado na rua deve renovar em nós o impacto de consciência, deve reavivar a nossa responsabilidade face à miséria dele. O que podemos fazer por ele, e por todos os outros, muito mais numerosos que vivem nas periferias, nas favelas e cortiços? E não ficarmos só na indagação mas fazermos realmente algo.

Se um menor assassina um honesto cidadão, pai de família, para roubar, como aconteceu no ano passado, toda a opinião pública se revolta, com justa razão, pois um adolescente assassino choca a nossa sensibilidade de um modo especial, como uma aberração, um escândalo. A criança, ao adolescente, está associada a idéia de inocência; DA PUREZA; DO ENTUSIASMO, do futuro risonho. Um menor assassino ou ladrão nos choca como uma anomalia doentia. No entanto, o estudo da história da vida destes menores, não mostra que eles são muito mais as vítimas de uma sociedade injusta do que monstros assassinos. Conhecendo suas condições de vida e de sua família, dificilmente os consideraremos totalmente responsáveis pelos crimes cometidos. Somos todos culpados de seu crime porque não nos esforçamos por lhes dar condições mínimas de crescimento.

A nossa estrutura social e econômica é a causa do problema do menor. Tal verdade nos leva à necessidade de uma tomada de consciência e de um posicionamento político no plano global e especificamente no plano do menor.

A isto nos propomos como Comissão Justiça e Paz.

Prefeituras do ABC não resolvem o problema da falta de creches

Da sucursal do ABC

Como resolver o problema das crianças com idade inferior a quatro anos que não têm onde ficar enquanto suas mães trabalham para manter o orçamento familiar? As prefeituras do ABC — a região mais industrializada do País — não pretendem construir creches, pois estão preocupadas com o déficit de vagas registrado nas escolas. E as indústrias não vêm cumprin-

do a legislação que as obriga a manter locais apropriados para abrigar os filhos de suas empregadas.

O problema foi levantado já no ano passado durante simpósio realizado no Centro Brasileiro de Educação Pré-Escolar realizado em São Paulo. Segundo dados levantados na ocasião, existem no Brasil cerca de 22 milhões de crianças em idade pré-escolar. "Desse total — segundo dados do Cebep — apenas 2% freqüentam a escola e cer-

ca de 12 milhões de crianças são subnutridas e não recebem assistência pública ou privada."

Com base nesses dados, o setor de educação da Prefeitura de São Bernardo do Campo elaborou um plano com o objetivo de diminuir o déficit no atendimento escolar registrado na cidade. A intenção é criar novos núcleos de educação infantil e ampliar os já existentes para elevar o atendimento a 20 mil crianças até 1980. "Trata-se

de uma situação privilegiada" — diz o secretário da Educação, Fernando Leça. "Em São Bernardo do Campo 35% das crianças entre 4 a 6 anos de idade freqüentam a pré-escola". No plano elaborado pelo setor educacional não consta, porém, o atendimento aos filhos das mães operárias.

“A causa da doença nem sempre está no doente”

Estes são os relatórios apresentados por membros das comunidades. Foram feitos pelas próprias comunidades e demonstram as violações dos direitos humanos no que se refere a saúde:

Comunidade da Vila Yolanda

“Saúde sempre foi um problema que preocupou a nós, os moradores de Vila Yolanda, mas só começamos a trabalhar realmente de um modo mais objetivo e concreto, depois que conseguimos a visita de um médico que conhecemos através do Padre Francisco, da Comunidade de Base do Jardim Padroeira II.

Depois de estabelecido o contato com esse médico, ficou acertado que seria feita uma série de palestras em nosso bairro e a primeira delas foi feita no dia 28 de setembro do ano passado e a partir daí, esse médico esteve conosco sempre falando sobre saúde e aspectos a ela relacionados.

Causas das doenças

Com essas palestras aprendemos bastante e passamos a ver as coisas com mais clareza. Ficamos sabendo, por exemplo, que a doença, da maneira como ela se apresenta é sempre consequência de uma causa e que nem sempre esta causa está no doente, pode estar por exemplo, no ambiente ou nas condições em que essa pessoa vive.

Ficamos sabendo que muitas doenças que ocorrem nos bairros da periferia, bairros pobres, naturalmente, são consequência de fatores que nada têm a ver com medicina, como nós entendemos, esses fatores estão mais ligados à área social e econômica.



OSP

Problemas como este — esgoto a céu aberto — são causas da má saúde do povo

Todos nós sabemos que nesses bairros moram pessoas de poucos recursos, são os trabalhadores de salário mínimo, são as mulheres que trabalham sem serem ficha-

das, são os verdadeiros ambulantes, os marreteiros sempre ganhando pouco e quase sempre com família numerosa e, como consequência disso, o casal precisa trabalhar

e não pode dar para as crianças os cuidados que seriam necessários. Aí, nós temos o caso típico da carência econômica e carência social.

A Prefeitura, por sua vez, não dá uma boa assistência a esses bairros, alegando sempre que as verbas são insuficientes.

Assim é comum nesses bairros a gente ver terrenos vazios com montes de lixo acumulado e dali saem ratos e as baratas, poças de água parada e dali saem moscas e outros insetos.

É bom frisar, que embora estejamos falando de um bairro de Osasco isto é uma coisa que se aplica a qualquer bairro periférico de qualquer grande cidade do Brasil.

E também estamos falando da Vila Yolanda mas não estamos generalizando, nós sabemos que existe no bairro muita gente que tem um bom padrão de vida, mas não são estes que estamos nos referindo, evidentemente.

Mortalidade infantil

Após algumas palestras, ficou claro que um dos problemas que mais afligia pessoas de bairros desse tipo, era a mortalidade infantil.

A partir daí, ficou-nos uma preocupação: como estava o nosso bairro quanto a saúde e problemas a ela relacionados?

Discutindo o assunto entre nós, ficou decidido que deveríamos fazer um levantamento no bairro para obtermos dados reais de como seria a nossa situação."

Comunidade do Jardim Mutinga

"O povo do Jardim Mutinga tem péssimas condições de vida. Onde moram há muita água contaminada, não são encanados os esgotos e a água.

A criança brinca na rua e a maioria está doente, principalmente com verminose. Existem lá muitos alcóolátras que bebem para fugir dos problemas que enfrentam na vida. Crianças doentes, salários que não dá para viver, mães que sofrem vendo seus filhos doentes pois não tem condições de cuidá-los; famílias que são revoltadas, nervosas.

Os descendentes crescem também na mesma linha, se tornando mais tarde marginais. Alguns vivem do lixo, um lugar do bairro onde são joga-

dos todos os tipos de lixo. Mulheres viúvas que são obrigadas a trabalhar para sustentar a família, deixando os filhos jogados, sem receberem comida na hora certa, muito menos uma boa alimentação. O que será dessas crianças, quando se tornarem adultas? Esse tipo de acontecimento tem muito aparecido no bairro. Pessoas que se acidentaram no trabalho, sofreram derrame cerebral, quebraram a perna, o braço, foram afastados do emprego.

O povo de Mutinga, não sabe aproveitar o dinheiro comprando coisas necessárias, não por culpa sua, porque a maioria não tem consciência. Não é culpa sua, mas da situação que os leva a isso.

Se passam todo tipo de necessidade é porque não tem condições de obter o essencial que todo mundo deveria ter: uma boa moradia, boa alimentação, lazer e outras coisas mais. A gente está cansado de saber disso mas nem todo mundo tem. Uma minoria de gente que tem isso e até mais do que isso. Este mais que essas pessoas têm, é tirado dos outros que não têm nada, o que consideramos injusto."

Qual é a função da merenda escolar?

O Brasil tem 22.264.828 crianças em idade pré-escolar, ao todo são 12.648.304 crianças nessa faixa etária consideradas desnutridas ou subnutridas e dessas, só cerca de 4.425 recebem assistência de saúde e nutrição. Que dizer então das crianças em faixas etárias superiores?

Não é sem razão que muitas crianças tem a merenda escolar como a única refeição diária. Mesmo o Ministério da Educação e Cultura-MEC, reconhece a falha na distribuição da merenda e no relatório de 1976 foi explícito: "a saúde escolar sempre foi apreciada de forma desordenada, sem definições de responsabilidade e continuidade de programas".

Algumas das doenças mais comuns que atingem os escolares do País de uma maneira ampla são: estrabismo, verminose, anemia, cegueira, piolhos, sarna, bócio, tracoma, mal de Chagas, lentição defeituosa e frágil, problemas na coluna etc. etc. Isso para as crianças que escapam da morte: 50 mil crianças morrem anualmente na Grande São Paulo antes de completar um ano de vida (Folha de S. Paulo, 27/12/78). Mas, como enfatizou o médico Guilherme Robalinho, a propósito da notícia do Jornal da Tarde de 5/1/79, denunciando que 450 mil crianças morrem todos os anos antes de completar 1 ano de vida, "a alimentação inadequada impede as defesas orgânicas, facilitando as doenças infecto-contagiosas". E é ele mesmo quem completou a idéia: "só ocorrerá uma diminuição nos índices de mortalidade infantil com a modificação do modelo econômico do Brasil".

As últimas pesquisas realizadas pelos Ministérios da Educação, Saúde, Assistência e Previdência Social mostraram que as doenças e fome são as responsáveis por 50% das reprovações nas primeiras séries dos primeiros graus. Então, qual será na verdade a função da merenda escolar?

"Eu como, como, como e ainda sinto vontade de comer mais", disse Luis, um garoto de 8 anos para a repórter Irene Cardoso, que o assistiu a devorar sua merenda escolar, e ainda confessar-lhe um "segredo": "Sabe, moça?, eu gostaria ainda de levar alguma coisa para casa".

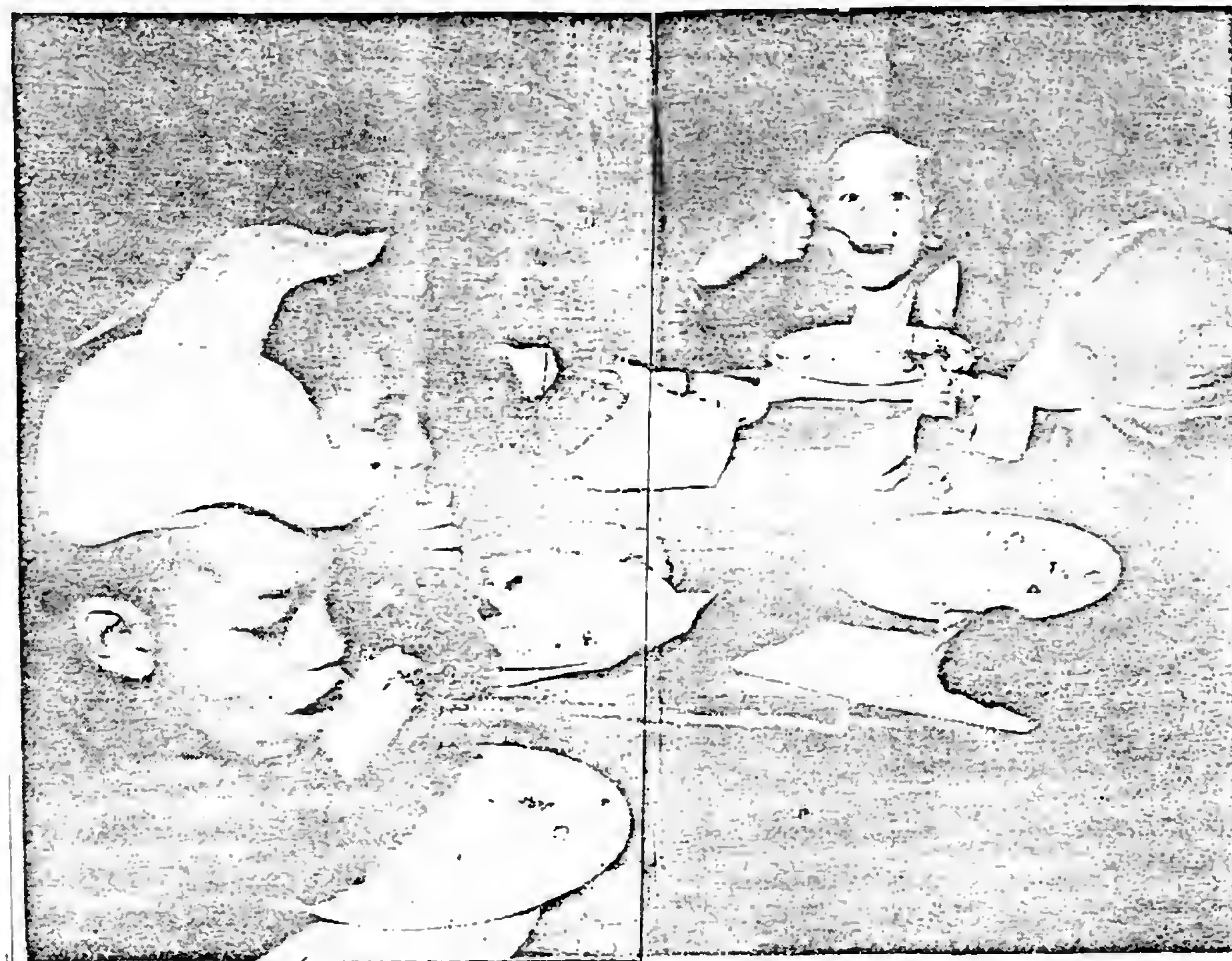
Programa só daria certo com o povo

O Programa Nacional de Merenda Escolar foi criado no Brasil em 1953, na Comissão de Alimentação do Ministério da Educação e Saúde; em 1955 foi instituída a Campanha da Merenda Escolar, subordinada à Divisão de Educação Extra Escolar do Departamento de Educação do MEC — Ministério da Educação e Cultura. Em 1956 o nome foi mudado para Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Para o MEC, a partir de março de 64, a alimentação escolar "até então conceituada como obra meramente filantrópica, não raro servindo de instrumento à falsa política partidária, passou a ser encarada como um investimento para o progresso social".

Em 1965 foi criada a Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Esse programa contou com a ajuda da USAID (organismo americano) e ONU (Organização das Nações Unidas). Outros programas foram criados: o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAM, que dispõe de departamento de assistência à mãe e criança, que recebeu financiamento do Banco Mundial. Em 1974 o INAM ganhou notoriedade: os jornais estamparam manchetes revelando escândalo como grandes gastos em publicidade e a contratação de centenas de funcionários desnecessários, em convênio com a Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL, de acordo com a denúncia do deputado Fábio Fonseca (MDE-Minas Gerais).

Outro fato levantado pelos jornais refere-se à intoxicações nas crianças, fartamente publicados, e que são ocasionados pelos alimentos distribuídos. Mas há sempre explicações das autoridades que acusam os próprios escolares como responsáveis, atribuindo as causas às "mãos sujas", "canecas mal lavadas" e outras de maior imaginação.



Ivan Beghin, diretor do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá, após pesquisar a merenda no Brasil declarou que os planos de nutrição partidos do Estado só dariam certo se contassem com a participação da população, que deveria dizer o que quer, e nunca simplesmente se limitar a receber essa merenda como algo instituído "de cima pra baixo". Ou seja, para ele o governo deveria parar com os tais seminários, conferências, mesas-redondas, conversações de gabinete, para ouvir o povo.

Prefeitura dá merenda mesmo nas férias

Durante as férias a Prefeitura continuará fornecendo merenda escolar para os alunos da primeira a oitava série. Para isso é necessário apenas que esses alunos façam a inscrição, para que tenham direito à merenda mesmo antes do início das aulas, no dia 5 de fevereiro. Todo ano é a mesma coisa, cerca de 100 mil crianças da primeira a oitava série recebem merenda, o que os técnicos chamam de "alimento supletivo", porque significa apenas 1/4 das calorias necessárias.

Ao todo são beneficiados 500 mil crianças da rede municipal de ensino. Em inúmeras escolas da periferia, a fila de crianças que se forma para obter alimentos chega a dobrar quarteirões. Até os irmãos menores aproveitam períodos das férias.

As repetências são causadas na maioria das vezes pela má nutrição. Recentemente foram pesquisadas as causas da agitação das crianças pela manhã e a falta de atenção nas aulas, e os especialistas concluíram que tudo isso deve-se à fome. É por esse motivo que nas escolas da Prefeitura o lanche passou a ser dado antes das aulas.

O pão oferecido tem 10% de soja; o bolo idem, e o biscoito proteinado, 18% de soja. Também é dado leite enriquecido e à noite, no quarto período escolar e no supletivo, é servida sopa. No pré-escolar há almoço e duas merendas, já que muitos passam o dia todo na escola.

Há pouco tempo foi introduzido suco de laranja desidratado e granulado nas pré-escolas da rede municipal de ensino. A merenda não existe para alimentar as crianças por todo o dia, mas é em muitos casos a única refeição diária de muitos alunos da cidade. Durante a greve dos professores, no ano passado, uma mãe com quatro filhos, residente na Vila Prudente, queixou-se da escola ter fechado suas portas, já que tinha quatro filhos para alimentar.

É claro que a merenda não chega a alimentar alguém adequadamente. Muitas crianças se queixam disso, como se estivessem diante do único meio de que dispõem para se nutrir. Elas falam em verdura, fruta, ovo, carne, coisa muito rara em suas mesas, e que elas estão acostumadas a ver pela televisão, inclusive várias campanhas incentivando o consumo. Campanhas por sinal que partem ou dos produtores ou do próprio Governo.

No Estado, só nas "carentes"

Nas escolas estaduais, da primeira a sexta série, os alunos das escolas consideradas "carentes" recebem alimentos diferentes: macarrão, por exemplo, feito de trigo e milho, cozido no próprio molho que vem embalado, em pó composto de soja e proteína. Além disso tomam sopa de feijão, pronta com arroz e carne, originalmente em pó. Há também farinha láctea, bolacha salgada, chocolate, min-

gau de milho — a maior parte dos alimentos, produzidos no Paraná.

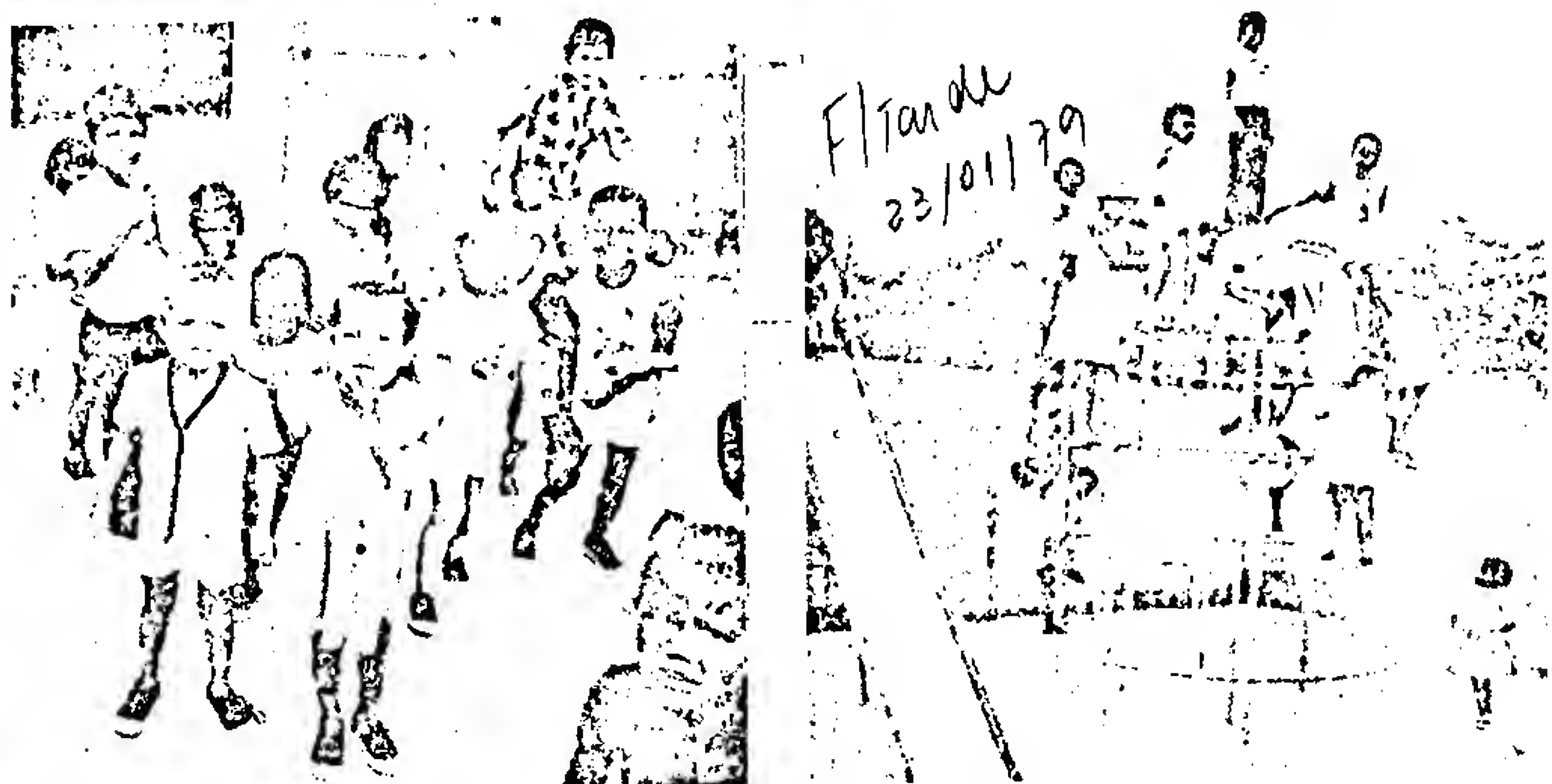
Em algumas escolas é oferecido café "capuchinho" (aquele tomado com pó) antes das aulas. Há crianças que ficam esperando do lado de fora da escola, antes das aulas começarem, a hora do lanche. A resposta delas para os diretores é sempre a mesma: "não tivemos nem tempo para almoçar".

O que tem ocorrido na verdade, constatou a reporter Irene Cardoso, há seis anos cobrindo a área, é que devido aos baixos salários, os pais tem de contar com o trabalho da mulher. E de baixa renda, esse casal não tem como cuidar dos filhos. "Embora o almoço fique pronto em casa, acrescentou Irene, as crianças nunca se animam a experimentar, para a alegria das mães que assim economi-

zam uma refeição. Seria essa a função da merenda escolar? A de apenas servir como um paliativo, para esconder uma terrível verdade, a da fome?"

Só mais um dado importante: as escolas consideradas "carentes" não são só as da periferia, mas pode-se encontrá-las pelo centro da cidade mesmo: frequentadas por filhos de zeladores, motoristas, encanadores, balconistas etc.

Creche abriga 40 crianças e quer ajuda para atender mais



O dormitório, o pátio, os brinquedos cedidos pela AR de Santo Amaro

Há algum tempo, quando Nilda Wagner Marin sonhou em criar um lar para crianças abandonadas — e o conseguiu — após muita luta, foi uma festa. Ela lavou seu coração com lágrimas de alegria, que foram enxugadas pelos beijos de quatro ou cinco menores que já eram cuidados por ela. Hoje, eles formam um feliz grupo de quarenta crianças, de um a oito anos.

Quem quiser conhecer essa instituição, que realiza um trabalho elogiável, pode visitar o Lar André Luiz, no Jardim São Bernardo, em Parelheiros (Santo Amaro). Lá encontrará as crianças tratadas com muito carinho, dedicação e sobretudo amor. Muitas delas são abandonadas, outras vêm de famílias muito numerosas, de baixa renda e cujos pais vão visitá-las, às vezes. Outras, ainda, vieram de unidades da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor — Febem. Marta, por exemplo, tem quase dois anos. Não tem pai, mãe ou parentes. Se eles existem, ninguém sabe, porque nunca se manifestaram.

Como a maioria das quarenta crianças que vivem no Lar André Luiz, a única família que Marta conhece são os nove funcionários da entidade, que, além do serviço pelo qual são remunerados (preparar a comida, limpeza do dormitório, arrumação do jardim e cuidar das crianças), também procuram distribuir um pouco de carinho entre as crianças, carentes de quase tudo.

A diretora da creche, Nilda Marin, é muito rigorosa na supervisão e limpeza da cozinha, refeitório e dormitórios. E é muito meiga também, tanto que quando entra no pequeno quintal de recreação, as crianças correm em sua direção em busca de um afago, um beijo, um sorriso, uma palavra de carinho.

"É uma pena, mas não posso aceitar

Mas parece que as coisas para o Lar André Luiz vão melhorar. Em recente visita que fez à região, o prefeito Olavo Setúbal autorizou o asfaltamento da rua B, onde se localiza o Lar, o que vai facilitar muito o acesso ao centro do bairro, com possibilidades ainda de se iluminar a via, ainda este ano. Além disso, a Administração Regional de Santo Amaro forneceu os dois únicos brinquedos para as crianças (um escorregador e um trepa-trepa), algum material para construção e um portão de ferro.

Se Nilda conseguir verbas — sempre provenientes de doações — ela pretende construir um pequeno galpão coberto, para que as crianças em dia de chuva ou muito sol, possam brincar e se divertir, sem que tenham que ficar trancadas dentro do refeitório, como acontece atualmente. No bairro, há também falta de um posto médico; o transporte coletivo para aquela região ainda é precário, muitas ruas não são asfaltadas ou sequer iluminadas.

"Outro dia, contou Nilda, um de nossos meninos precisou de cuidados médicos (ele havia caído de uma árvore) e tivemos que levá-lo, às pressas, até a Santa Casa de Santo Amaro, a cerca de dez quilômetros de distância".

Nilda Marin pretende criar as crianças até a idade adulta, ou até quando tenham "condições de se sustentarem". E as intenções, a longo prazo, são de criação de um pomar, horta e de oficinas abrigadas para que, quando se tornarem adolescentes, possam aprender uma profissão.

O CAMINHO

Quem quiser conhecer o Lar André Luiz, basta seguir a avenida Intermares até o fim e virar à esquerda.

1 REGISTRO NO ORIGINAL

Jornal: O São Paulo
Data: 20-26/01/1979
Pág. 5

Pasta n.º
N.º do recorte: 0342

Água, trem, violência, compras, lixo



O problema do menor abandonado, uma das questões em debate

O DRAMA DA VIOLENCIA

João Joaquim, operário plantonista do Centro de Defesa dos Direitos Humanos explicou como é que funciona aquela entidade, após ler alguns tópicos da Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela ONU há 30 anos e até hoje ainda não vigente na prática. "Sem as comunidades — relatou — o Centro seria como uma casa aberta sem fogão nem comida".

Em seguida João denunciou a situação dramática em que se encontra a comunidade de Jardim Tereza, o último bairro de Osasco na divisa com Cotia: dona Raimunda Barbosa da Silva teve um de seus filhos, Bila, assassinado pela polícia antes das eleições. E o pior: outro filho seu, Carlos Aparecido, de 21 anos, está para ser morto. A polícia já avisou que vai matá-lo. Trata-se de policiais da Rota e Tático Móvel (militares) e do Deic (civis) que agem juntos na área.

O Jardim Tereza é hoje um bairro onde as pessoas vivem com medo. Viaturas policiais sobem e descem aquelas ruas de barro puro. Sem calçamento, sem esgoto nem nada. O Centro de Defesa está fazendo uma série de trabalhos com as comunidades locais para que assumam essa luta pelos moradores apavorados com a violência policial.

LIXÃO, PINGENTES E LAGOA DA MORTE

Neusa, da Comunidade de Helena Maria, disse que foram determinadas cinco prioridades no

bairro: saúde, creche, escolas, segurança e o fim do lixão. Exibiu slides mostrando o trabalho dos catadores de lixo, alguns menores e gestantes. Denunciou que o caminhão chegou a enterrar crianças na hora em que despejou lixo. E que quando caminhões de frigoríficos despejam carne podre muitas vezes donos de bares vão apanhar esse lixo, que é transformado em coxinhas e bolinhos.

Padre Gaspar, do Jardim Veloso, dramatizou o problema dos pingentes dos subúrbios da Fepasa com um verso: "O trem vem ou não vem? / Esta lata velha vem ou não vem? / Está chegando, está chegando / A ponte, a ponte". Com outro rapaz, padre Gaspar mostrou como se viaja nos trens apertados como sardinhas em lata. Para ele, isso é "o milagre brasileiro".

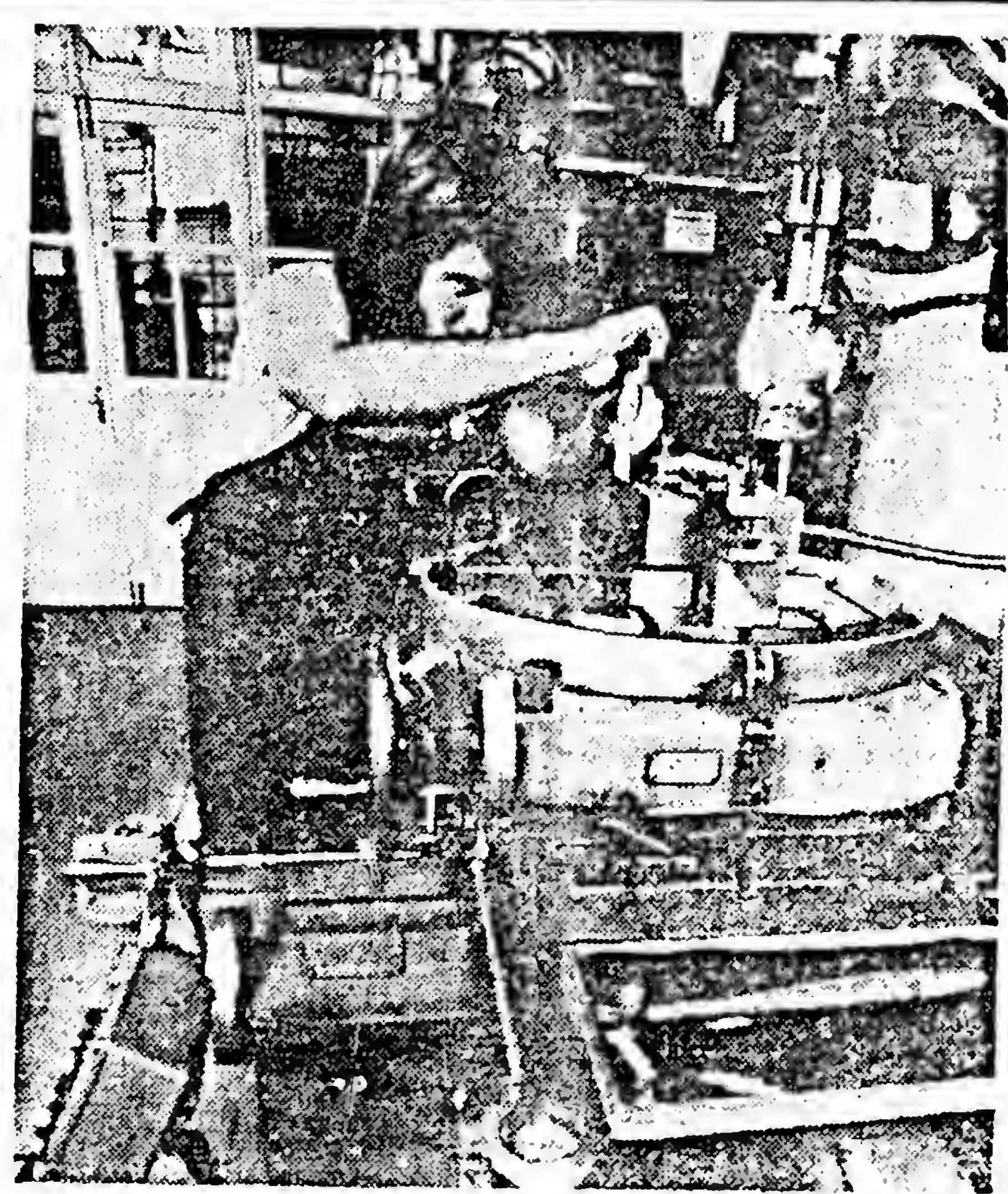
Fredi e Duda, da Comunidade do quilômetro 18, denunciaram a situação da lagoa do stand de tiro do 4.º Batalhão de Infantaria Blindada, de Quilina, onde no ano passado morreu um menino. De 1975 até este ano, já foram registradas 23 mortes. Enquanto isso, as autoridades não se emocionam diante do problema. O que fazem — denunciaram — é colocar guardas vigiando a lagoa, o que não resolve nada.

O Jardim Helena Maria explicou em seguida como é que economizavam com a compra comu-

A última reunião da Semana dos Direitos

Humanos em Osasco, na tarde de domingo durou mais de cinco horas. Foi movimentadíssima. Dramas, cantorias, relatórios de problemas das comunidades, conferências, cafezinho, chá e bolacha: teve de tudo.

Padre Barra, de São Roque, explicou o que é a pastoral dos direitos humanos: "Estamos ouvindo João Paulo II falar sobre os Direitos Humanos; D. Paulo Evaristo interpretando o Concílio Vaticano II; então nós aqui, nesta Semana não estamos fazendo algo de paralelo. É uma exigência do próprio Evangelho, palavras do próprio Cristo". "Deus com nós / Nós com Deus / Nós com nós": foi esta a definição ouvida por padre Barra de um homem iletrado, que ele considerou "definição teológica pura". Defender os direitos humanos, observou, é uma atividade pastoral como rezar. Criticou as religiões que ficam no plano emocional, altamente alienante, que não se empenham na luta pelos direitos do homem.



A vida dura dos operários nas fábricas, uma das várias denúncias

nitária, quais as vantagens; para se ter uma idéia disseram que em cada 100 cruzeiros lucram Cr\$ 23,70.

OPERÁRIOS

Zé Carlos, o Índio, falou do fundo de ajuda aos operários demitidos na última grande greve. Como também falou do resultado desse fundo: foram mandados mantimentos que serão distribuídos às famílias necessitadas. Zé Pedro, líder dos metalúrgicos de Osasco, denunciou as manobras dos patrões para tentar abafar as lideranças operárias, e foi aplaudido de pé.

O poeta Inácio Gurgel pediu que todo mundo vaiasse a Lojicredi. "A pior de todas de Osasco" e foi atendido. Padre Agostinho, presidente do Centro de Defesa explicou a questão da defesa dos direitos humanos à luz da Teologia alertando para os "filhos das trevas que são mais espertos do que os da luz". Disse que a Igreja prega antes de tudo os direitos do pobre, e acha que é preciso agir, não só com o coração mas com a inteligência.

Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado (casado), que viveu 12 anos no exílio, iniciou sua intervenção perguntando à assembléia se, para conseguir vencer uma disputa é suficiente ter razão. Ele mesmo respondeu:

— Para vencer uma disputa não basta ter razão. É preciso ter razão e fazer valer essa ra-

ção. Ora, para fazer valer a razão, é preciso conhecer a realidade e contar com recursos.

— Conhecer a realidade é conhecer as próprias forças e a força do adversário. E contar com recursos é unir todos os aliados para pressionar em favor da nossa razão.

— Quando uma pessoa está doente, procura um médico. Quanto tem uma disputa judicial, um advogado. Dor de dentes, o dentista.

— Quando uma comunidade tem um problema público, de água, esgoto, transporte ou qualquer outro, precisa procurar um especialista. E o especialista das questões populares é o político. Só que ele é um especialista diferente, porque não precisa de um longo estudo especializado. Todos podem e devem ser políticos. Os direitos humanos de todos só serão respeitados quando todos forem políticos.

CRIMINALIDADE

Na reunião de quinta-feira, com mais de 200 pessoas presentes, representando 15 comunidades da região, foi debatido o problema da criminalidade. O Jardim Cipava apresentou um drama e falaram dona Cecília e o procurador Hélio Bicudo.

Ao encerramento dos trabalhos, o C.D.D.H. de Osasco assinou moção solidarizando-se com a luta da Comunidade de Helena Maria, pela extinção do atual lixão.

“Até quando haverá mulheres que não sabem se são viúvas?”

“Ouçam agora vocês, governantes das Nações, ministros e chefes de Estado. Não é a vocês que compete saber o que é direito? Não são vocês os encarregados de fazer valer a justiça? No entanto, vocês desprezam o bem e amam o mal, arrancam a pele do meu povo, e sua carne de cima dos ossos. Comem a carne do meu povo, e esmagam todos os seus ossos esquartejando seus corpos como carne para panela. Quando vocês clamarem ao Senhor, Ele não os ouvirá. Antes, esconderá de vocês Sua face, por causa da maldade de suas obras. Estas são as palavras do Senhor àqueles que torturam o meu povo, e o mordem com seus dentes”. (Miquéias 3-1,5)

Na noite do dia 12, sexta-feira, um Culto Ecu-
mênico era realizado em
São Paulo e em Piraci-
caba, com a mesma finali-
dade: em memória dos
presos políticos mortos e
em lembrança dos presos
políticos desaparecidos.

Na Catedral da Sé es-
tavam reunidas cerca de
mil pessoas. O teatrólogo
Gianfrancesco Guarnieri
abriu o culto organizado
pelo Comitê Brasileiro
pela Anistia — São Paulo
(CBA/SP):

“Medo e repressão na
longa noite encobrindo a
Pátria. Quinze anos de
arbitrio e exceção, nos
quais aqueles que ousa-
ram clamar por liberda-
de, conheceram os cárceres,
a tortura e a morte. Fogo
morro acima, água ladeira
abaixo. A vontade do povo
não se caiz com violência.
O povo brasileiro desperta
do pesadelo. São operários,
donas-de-casa, camponeses,
estudantes, jornalistas, po-
líticos, intelectuais, que ca-
da vez mais reúnem seus
esforços, descobrem novas
forças, inventam novas
formas de luta, fazendo
renascer das cinzas e das
trevas uma nova consci-
ência”.

“Eram homens e mu-
lheres conhecidos e ama-
dos em suas comunidades,
que deixaram de lado
seus interesses imediatos
para lutar por melhores
condições de vida do po-
vo brasileiro. Enfrenta-
ram a morte reivindicando
uma sociedade justa. Em
troca, lhes foi oferecida
a perseguição política,
a prisão, a tortura e a
morte. Reverenciamos
suas memórias e apelamos
aos homens de boa vanta-
de, para que lutem até o
fim no restabelecimento
da verdade e da justiça,
pelas quais muitos deles
imolaram a própria vida”.

MULHERES QUE NÃO SABEM SE SÃO VIÚVAS

O representante da

CBA/SP, Luís Eduardo
Greenhalgh, indagou:
“Até quando haverá no
Brasil, mulheres que não
sabem se são viúvas; fi-
lhos que não sabem se são
órfãos; criaturas humanas
que batem, em vão, em
portas fechadas?”. E
acrescentou: “O CBA/SP,
bem como outras entida-
des de luta, resolveram
que não irão marchar até
o fim pela anistia, exigindo
que se apurem as res-
ponsabilidades”.

O HOMEM, ACIMA DA LEI

O representante da
Aliança de Igrejas Refor-
madas do Brasil, Reve-
rendo Luiz Pereira Boa-
ventura, lembrou afirma-
ções de Jesus Cristo de
que o homem é mais im-
portante que a lei, e dis-
se: “Queira Deus que es-
se movimento que se es-
boça no País inteiro, pos-
sa trazer um momento de
esperança, de reconstru-
ção de uma Pátria justa.
Uma Pátria em que o ho-
mem do povo seja coloca-
do acima das leis, que são
temporárias, transitórias”.

RESTA UMA ESPERANÇA

Dada a palavra ao Re-
verendo Sidney Ruiz, re-
presentante da Igreja An-
glicana, ele acentuou:
“Temos que amar o pró-
ximo com o amor divino
que recebemos. O amor
cura as feridas, reconcilia.
A nossa mensagem de
hoje é de esperança. Te-
mos o que chorar, o que
lamentar, mas sempre
resta uma esperança”.

OLHAR PARA JESUS

O Pastor Renatus Po-
rath, representante da
Igreja Luterana, disse
que “olhar para Jesus po-
de significar olhar para
aquele que está ao nosso
lado”. Referindo-se aos
presos políticos desapare-
cidos e mortos afirmou
que “exatamente porque

essas pessoas refletiram
diante do sofrimento dos
irmãos, foram recolhidas”.
E advertiu: “Lembra-vos
dos encarcerados e dos
que sofrem maus tratos
como a vós mesmos”.

TEMPO PARA AMAR

“Deus sempre acompa-
nhou seu povo, levantando
líderes e profetas; for-
mando uma nação fiel,
uma família unida”. As-
sim, começou a falar o re-
presentante da Igreja Ca-
tólica Apostólica Roma-
na, Frei Leonardo. “Cre-
mos que Deus não causa
o sofrimento. É o homem,
afastado de Deus, egoísta,
sem coração, sem miseri-
córdia, que causa o sofri-
mento. Cremos também
que o homem é sujeito à
Deus, que o leva a uma
conversão. Quem sofre
necessita persistir na sua
fé, necessita também ser
motivado pelo amor”. Ci-
tando Ecclesiastes, disse:
“Para cada coisa há um
tempo; tempo para amar,
tempo para odiar... Jus-
tiça será feita. Deus é
fiel à sua promessa de
que haverá paz e justi-
ça”. E completou: “Esta
noite é uma noite de es-
perança”.

MORTE AOS OPOSITORES

“A partir de abril de
1964 foi institucionalizada
a violência”, declarou o
representante dos fami-
liares de presos políticos
mortos. “Aqueles indivi-
duos, inclusive militares,
que se opuseram ao novo
regime, foram mortos. Ho-
je, são centenas. As for-
mas com que nossos pa-
rentes foram mortos são
várias: fuzilamentos su-
mários, emboscadas, tor-
turas (a maioria dos ca-
sos)”.

Explicou que após a
morte das pessoas, e com
a censura à imprensa,
apenas se divulgava as
versões oficiais, “flagran-
temente duvidosas, menti-
rosas”, do tipo: “Um in-
telectual se enforcou na
prisão”; “Um estudante,
para não responder ao in-
terrogatório, saiu correndo
para a rua e é atropela-
do”.

“Estamos aqui para exi-
gir explicações — disse.
Nossos familiares não fo-
ram mortos conforme as
notas oficiais. Daqui por
diante, lutaremos para
responsabilizar quem tor-
turou, quem mandou tor-
turar”.

ONDE ESTÃO NOSSOS PARENTES?

Situação diferente é vi-
vida pelos familiares dos
presos políticos desapare-
cidos. A representante do
grupo falou: “Até hoje
não sabemos se nossos
familiares estão vivos ou
mortos. As respostas do
Governo sempre foram
evasivas. No início das
buscas perguntávamos:
Onde estão? Agora, per-
guntamos: Por que o Go-
verno não quer investi-
gar esses casos? Por que
não quer resolver esse
problema? Concluiu di-
zendo que lutarão para
que o Governo investi-
gue o que aconteceu, e
que sejam apuradas as
responsabilidades”.

VENCER COM FÉ E CORAGEM

Durante o Culto Ecu-
mênico foram feitas leitu-
ras bíblicas alusivas e
chamada dos presos po-
líticos desaparecidos, rela-
cionados pelo CBA. Após
o pronunciamento de cada
nome — 82 nomes — ou-
via-se por toda a Cate-
dral, uma só voz: “Pre-
sente”.

Encerrando a cerimô-
nia, Gianfrancesco Guar-
nieri, o narrador, pronun-
ciou: “Amalgamados por
uma solidariedade que
supera fronteiras, resta-
nos a confiança de que
consigamos vencer com fé
e a coragem a violência e
a prepotência dos poderó-
sos”. E todos rezaram o
PAI NOSSO.

Os presos desaparecidos

Antonio dos Tres Reis Oliveira, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Antonio Joaquim Machado, Antonio Monteiro Teixeira, Armando Teixeira Frutuoso, Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, Aylton Adalberto Mortati, André Grabois, Ana Rosa Kucinski Silva, Adriano Fonseca, Bergson Gurjão Farias, Carlos Alberto Soares de Freitas, Cayubi Alves de Castro, Ciro Flavio Salazar, Celso Gilberto de Oliveira, David Capistrano da Costa, Divalva Conceição Teixeira, Ezequias Bezerra da Rocha, Eleni Teles Pereira Guzriha, Eduardo Collier Filho, Edgard de Aquino Duarte, Elson Costa, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Felix Escobar, Helenira Rezende de Souza Nazaré, Honestino Monteiro Guimarães, Humberto Camara Neto, Hiram Pereira de Lima, Idalicio Aranha Filho, Ithair José Veloso, Ieda Santos Delgado, Issami

Nakamura Okano, Isis Dias de Oliveira, Ivan Mota Dias, Jaime Petit da Silva, Jorge Leal Gonçalves Pereira, José Francisco Chaves, Joaquim Mariano dos Santos, Jana Morone Barruso, José Humberto Bronca, João Batista da Rita Pereda, Joaquim Pires Cerveira, José Toledo de Oliveira, José Porfirio de Souza, João Carlos Haas Sobrinho, Jayme Amorim de Miranda, José Montenegro de Lima, João Massena Melo, José Romam, Kleber Gomes, Luiz de Aimeida Araujo, Lourival Paulino, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Lucio Petit da Silva, Luiz Inácio Maranhão Filho, Maria Lucia Petit da Silva, Mario Alves Vieira de Souza, Mauricio Grabois, Marco Antonio Dias Batista, Manuel José Nurchis, Nelson Dourado, Orlando Rosa Bonfim Junior, Osvaldo Orlando Costa, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Paulo Rodrigues, Paulo Cesar Boteiho Massa,

Paulo Norberto Pereira Marques, Paulo Costa Ribeiro Bastos, Paulo Stuart Wright, Ramires Maranhão do Vale, Rui Frazão Soares, Rubens Beirodt Paiva, Suely Yomiko Kanayama, Stuart Edgard

Angel Jones, Sergio Landolfo Furtado, Thomas Antonio da Silva Meireles Neto, Valter de Souza Ribeiro, Walquiria Aranha, Walter Ribeiro Novais, Virgilio Gomes da Silva, Wilson Silva.

Um caso, entre tantos

Eram 10 horas, do dia 16 de abril de 1971, uma sexta-feira, Joaquim Alencar de Seixes, líder operário, caminhava tranquilamente pela rua Vergueiro com seu filho Ivan Akselrud de Seixas, 16 anos, quando à altura do n.º 9.000 foram presos pela Polícia. Recolhidos no atual prédio do DOI-CODI, pai e filho foram torturados um em frente ao outro. Horas depois, na noite do dia 16, a mulher e as duas filhas de Joaquim eram presas. A casa, saqueada. As 20 horas do dia 17 de abril, Joaquim dava seu último suspiro: fora torturado até à morte. Sua mulher e as duas filhas ficariam presas ainda durante um ano e meio, sem prova criminal, e seriam colocadas em liberdade pela Auditoria Militar. Ivan ficaria preso quase 6 anos, também sem prova criminal, sendo que os últimos três anos passaria num presídio para doentes mentais, a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. No dia 20 de agosto de 1976 Ivan era solto. E agora ele conta essa história, em que sua família foi presa e acusada, sem provas, de militância política em organização clandestina e de ações armadas.

Encontro Nacional do Movimento Custo de Vida



Membros do Movimento Custo de Vida de todos os Estados estarão reunidos neste sábado no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, para discutirem sua ampliação a nível federal. Já confirmadas a presença de representantes da Bahia, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Goiás.

Sábado passado os coordenadores do Movimento Custo de Vida de

várias regiões de São Paulo estiveram reunidos na Câmara Municipal. O setor de Campinas sugeriu que se ampliasse a coleta de assinaturas; Santo André propôs que se formassem comissões que visitassem municípios interioranos na tentativa de ampliar ainda mais o movimento. Já ficou decidida que serão formados blocos carnavalescos. Página 7.

Pastoral de jovens: compromisso social

Torturas e mortes na repressão à Igreja

Prisões, ameaças de morte, sequestros, torturas e mortes são relatados nesta segunda série de publicações do relatório elaborado pelo CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — que iniciamos na edição anterior em torno do que foi a repressão imposta à Igreja do Brasil, nestes últimos dez anos.

Mesmo coletando da-

dos incompletos, mas de fontes oficiais, até outubro de 1978, o CEDI mostra os casos que envolveram membros da Igreja: 122 prisões, sendo 36 de padres estrangeiros, nove bispos, 84 sacerdotes, 13 seminaristas e seis irmãs, enquanto mais 273 cristãos, engajados no trabalho pastoral foram detidos. (Página 4.)

Famílias ameaçadas de morte no Ribeira

Agripino Dias da Silva e mais seis posseiros de Miracatu, no Vale do Ribeira, denunciaram a situação de medo em que se encontram, ao presidente da Frente Nacional do Trabalho, Salvador Pires, quarta-feira à tarde. Contaram que um jagunço conhecido pelo apelido de João Facão os ameaçou de morte, caso não deixassem suas terras, no local conhecido por Fazenda Vista Grande, quilômetro 132 da BR-116 (São Paulo-Curitiba), e chegou a perseguir Agripino por algumas horas no mato.

O jagunço trabalha para um fazendei-

ro, Angelo Pappalardo, dono de 335 alqueires de terra, que se dedica à extração de madeira e palmito da região. "Meus trabalhos costumam não durar mais do que seis meses", disse o tal João Facão para sua vítima Agripino, na manhã de 19 último, ao puxar um facão ameaçando-o de morte, caso ele não assinasse uma folha de papel em branco. Só que Agripino escapou, e se meteu no mato para não morrer. Além disso, o jagunço ameaça por fogo nas casas dos pequenos sitiantes, que já pensam em se armar com espingardas.

A mulher casada pode trabalhar?

OSP 27/1 a 2/2/79 1º pg



Ninguém mais tem dúvida de que a mulher é discriminada no emprego, e se ela for casada a situação tende a ser pior ainda. Foi por esta razão que duas repórteres nossas se dirigiram a vários escritórios da cidade em busca de emprego cujos salários variavam entre Cr\$ 6 e 8 mil mensais. Pode-se imaginar o resultado logo que elas falaram que eram casadas; ou as agências de emprego se comunicavam com as firmas, e a resposta quase sempre era negativa, ou nesses locais mesmo as recepcionistas mandavam que elas atentassem para o anúncio nos jornais — de onde elas tinham tomado conhecimento da vaga — que dizia explicitamente: “solteira” como uma das condições.

A CLT garante o trabalho da mulher: no artigo 391, capítulo referente à proteção da maternidade, diz que não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou encontrar-se em estado de gravidez. Só não fala que as firmas não devem recusar o trabalho da mulher casada.

O trabalho da mulher é visto como um complemento no orçamento da casa. Justamente quem mais trabalha, porque além do trabalho na fábrica, no escritório, nas residências, as mulheres têm de executar as tarefas do lar. Além disso aumenta gradativamente o número de mulheres-chefes-de-família, e há uma ligação estreita entre trabalho e pobreza, o que é assustador.

Jornal: O SÃO PAULO
27/01/02/02/1979
Data: 02/02/1979
Pág. 3

Parte n.º
N.º do recorte 0375

SURPRESA EM PUEBLA!

NESTE mundo dominado pelas ideologias, e principalmente pela ideologia liberal e edonista da pequena burguesia, o Evangelho questiona e surpreende. Por isso é que esperamos que a reunião de Puebla nos traga uma grande surpresa. As arestas do Evangelho são espada que convertem. A categoria da surpresa será importante para sair do torpor teológico pequeno-burguês. É preciso que a América Latina receba a surpresa da novidade de Cristo.

A entrada da Palavra de Deus na história surpreende nossas expectativas e projetos. Maria se surpreende com sua pequenez para ser Mãe do Messias. Junto com José se surpreende com a atuação do Menino Jesus. E os Sábios de Israel se surpreendem com a sabedoria do menino de Nazaré.

No ministério público, Jesus foi um contínuo superar dos modos de ver e de pensar e seus contemporâneos. Surpreende por sua rigidez operária. É surpreendente a sua liberdade face à Lei, e às instituições do povo. Sua

Puebla é uma esperança

A tão esperada Reunião de Puebla (México) dos Bispos Latino-Americanos já começou. Chegou a hora da reafirmação clara e explícita do comprometimento da Igreja com o mundo dos pobres. O nosso sistema capitalista já marginalizou demais o pobre. O Evangelho atordoou a consciência da Igreja. Chegou a hora de dizer um "basta" em nome de Cristo.

A esperança — que está na base — deve ser grande virtude teológica impulsionadora dos trabalhos de Puebla. E a esperança reside em alguns pontos fundamentais que muitos Bispos defendem a todo custo:

- A Igreja deve se empenhar em evangelizar a cultura: mudar os critérios, as linhas de pensamento. Ela deve ser a consciência crítica das atuais ideologias e se afirmar como fermento de transformação social na América Latina.
- A Igreja deve reafirmar seu compromisso pela libertação dos oprimidos e marginalizados. Sua teologia deve partir daí.
- A Igreja deve ser fundamentalmente comunhão de pessoas que aceitam a pessoa, a mensagem e a obra do Cristo. E não simples organização.

• Não existe poder dentro da Igreja. Mas serviço. A exemplo de Cristo O mais importante é a base e não a cúpula. Esta deve ser uma humilde empregada daquela.

Neste sentido os Bispos Brasileiros pedem sua contribuição a Puebla que "se encaminhe o estudo sobre temas que criam perplexidades e tensões. Entre estes, a Teologia da Libertação". E confirma que a prática comprovou um envolvimento de um "pensamento teológico original latino-americano, graças ao esforço de teólogos fazendo teologia a partir da realidade, preocupando-se com a justiça social e a 'paixão na base'".

TEOLOGIA DO BRASIL DO COPACABANA

DEPOIS DE MEDELIN

amizade com os pecadores e com os publicanos chega até a espantar. Chega mesmo a ser julgado por seus milagres, como realizados pelo poder de Satã.

Entretanto, em sua palavra e ação os pobres descobrem a presença de Deus, e do seu Reino. Ao contrário, os afortunados à Lei, e aos formalismos, com os privilégios do saber e do poder, recusam que Ele seja o Messias. Ele morreu como rebelde perigoso para o Império (Jo 19,12). Chegaram ao cúmulo de matá-lo em nome da Lei (Jo 18, 31-32). Morreu como blasfemo.

A evangelização nos surpreende. Como surpreendeu a Paulo de Tarso. Ele pensava perseguir os cristãos, como sendo a vontade de Deus. Depois que se encontrou com Cristo Vivo deu testemunho desta sua surpresa. Os que se consideravam os bons e os aceitos de Deus — fariseus, escribas — já não o recebiam da mesma maneira. Mas os que por eles eram catalogados de maus — os discípulos de Jesus — viram nessa surpresa a irrupção da presen-

ça de Cristo, e uma nova força da palavra para a missão junto aos pagãos.

A Evangelização de Cristo nos surpreende. E aqui está a questão que a reunião de Puebla deverá apresentar: atualmente como a Boa-Nova de Jesus Cristo está surpreendendo a América Latina? O que é que até agora não víamos e nem ouvíamos? Não é, porventura, o fato de descobrir que encontramos a Jesus Cristo nos milhões de latino-americanos explorados, marginalizados e empobrecidos (Mt 25, 31s)? Dizer que Cristo vive, e o encontramos na causa dos pobres explorados surpreende! Por isso, não é de estranhar que escandalize e leve os privilegiados a se defenderem com sua ideologia liberal, "bem-pensante" e "equilibrada". Mas, a Boa-Nova de Jesus nos surpreende e mostra a caducidade e limitação de nossas visões e posições ideológicas.

Além do mais, Jesus é um sinal de contradição. A sua mensagem e a sua prática questionam profundamente. Por isso é que as reações são acirradas. A sua Boa-Nova soava co-

"Ser fiel à infância". Para além das promoções

O que tínhamos, aconteceu. Muitas das empresas que anunciaram ou promoveram iniciativas em favor do Ano Internacional da Criança retiveram, atrasaram, prejudicaram os pagamentos dos seus funcionários no fim do ano. De um lado dá-se uma mão às crianças, de outro vilipendia-se o salário dos pais das crianças. Isso vem mostrar que da parte de muitas entidades não existe nenhuma vontade real de mudança, que o problema não foi sequer compreendido, que é impossível querer concretizar o País sobre os problemas de nossas crianças sem tocar nas autênticas chagas da Nação. Muita energia canalizada para a "promoção da criança" não tem passado de promoção das empresas.

E entretanto coisas muito profundas que o mundo da infância teria a nos ensinar. Autores cristãos, na trilha liberta pelo Evangelho, nos legam um precioso ensinamento: a infância e a necessidade de ser fiel. Pois a infância é cap de nos intrigar. Porque ela representa tudo o que a nossa sociedade reprimiu ou tenta fazer esquecer. Com o passar do tempo o adulto vai acumulando uma dúvida gêmea, deixando de ser ele próprio — e impedindo que outros sejam também — herdeiro coqueto do que a infância tem de original, puro, criativo. A consciência dos adultos — e das empresas "adultas", que são as que mais fatuaram) é parcial e exigente. Ela não se esforça por aproximar da totalidade e unidade da vida que

a criança simboliza. Contenta-se com os fragmentos, não é radical, não tem profundidade. A cada instante volta-se para um objeto, um centro de interesse. No momento é o potencial do consumo da criança. Os especialistas em promoções já estão se preparando para vender o próximo produto, a "abertura democrática". Os adultos, porque se recusam à mudança do status, não lograram realizar o que a criança é: indivisa. Por isso tentam manipular a infância, como o fez Mussolini, pois como disse Bernanos (Enfants Humiliés), "dentro de cada adulto há um menino que eu fui". Por sua vez Santa Terezinha, cujo nome foi infeliz e impropriamente reduzido a padroeira do mais acomodado conformismo burguês, sabendo que a criança é a restauração da humanidade, e

conformada à bem-aventurança evangélica que reserva aos que tiverem um espírito de criança a entrada no Reino dos Céus, propôs-nos — sempre atual, enquanto existir o fascínio pelas ditaduras — uma "pequena via", que nada tem de um vago pietismo mas sim a expressão do que o Cristianismo tem de mais explosivo: as desarmadas forças da infância evangélica.

Nesse ano em que o capitalismo instrumentaliza as crianças — contra o espírito do UNICEF — e em que o mundo dos adultos tira proveito para ostentar mais "personalidade", retenhamos a mensagem do autor de "Crianças Humilhadas", que ele próprio dedicou a uma menina brasileira: "seja fiel à infância".

Jornal: O SÃO PAULO
27/01/79
Data: 02/02/1979
Pág. 10

Parta n.º
N.º do recorte: 0346

O TRABALHO DA MULHER

“PRIMEIRA CONDIÇÃO: SER SOLTEIRA”



Se existe discriminação quanto ao trabalho da mulher neste País é certo também que há maior preconceito por parte das empresas em aceitar a mulher casada no emprego. A maior prova disso é a exigência contida no próprio anúncio publicado nos jornais; normalmente um dos itens diz de modo textual: “solteira”.

Duas repórteres nossas, uma casada e outra solteira, mas ambas dizendo nas firmas que eram casadas, procuraram emprego em várias agências e escritórios localizados no centro da cidade. A reação foi a mais diversa possível, mas em quase todos os lugares em que elas bateram a porta a resposta foi negativa. Mulher casada não pode trabalhar, é proibido na prática.

A legislação garante, pelo menos teoricamente, o trabalho da mulher casada. O artigo 391 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no capítulo referente à proteção à maternidade diz que “não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez”. Aliás, a possível gravidez é um dos temores dos patrões, já que pela lei é proibido o trabalho da mulher grávida no período de quatro semanas antes e oito depois do parto. Muitas empresas aparentemente aceitam esse dispositivo, mas depois mandam a funcionária embora.

TRABALHO E EXPLORAÇÃO

Temos 130 milhões de habitantes, e pouco mais de 6 milhões de um total de 29 milhões de trabalhadores, a chamada população economicamente ativa do País, são mulheres. Conforme o censo de 1970, o País tinha 33 milhões de mulheres com pouco mais de 10 anos de idade, que é a idade oficial para se começar a trabalhar, quando a prática mostra muitas vezes que nessa idade algumas meninas são donas de casa.

É preciso não nos esquecermos também do trabalho no campo, onde a mão-de-obra é talvez mais explorada ainda que na cidade. Há grande número de mulheres na agricultura que fazem parte da família do proprietário e que não recebem nada, por isso mesmo estão fora do mercado capitalista.

Há outro detalhe a ser considerado: é sobre o fenômeno mulher-chefe-de-família, que tem aumentado assustadoramente. E o que é pior: o rendimento delas é muito mais baixo que o dos homens. Cerca de 46% delas recebem um salário-mínimo ou menos; o que levou a pesquisadora do assunto, Carmem Barroso, a concluir que a chefia de famílias por mulheres está estritamente ligada à pobreza.



SÃO 6 MILHÕES DE TRABALHADORAS NO PAÍS

A “população economicamente ativa do País”, a soma de homens e mulheres que exercem uma atividade remunerada é de 29 milhões de trabalhadores; pouco mais de 6 milhões desse total são mulheres. Pelo censo estatístico brasileiro de 1970, o País tinha 33 milhões de mulheres com mais de 10 anos, que é considerada a idade oficial para se começar a trabalhar, muito embora vemos casos concretos de crianças que são atiradas no mercado de trabalho bem mais cedo.

Foi a partir desses números do censo que se diz que “a participação das mulheres nas atividades produtivas no Brasil é baixa, 6 milhões de trabalhadores em 33 milhões de mulheres em condição de trabalhar, ou seja, pouco mais de 18%”.

Há um detalhe muito importante: essas mulheres lutam com dificuldade dobrada ao trabalhar numa fábrica, por exemplo. Além de terem de cuidar da louça e da roupa do marido e dos filhos ao voltar do serviço, elas não contam com deveriam ser obrigatórios em qualquer ramo de indústria.

UM ESTUDO SOBRE A MULHER

Os economistas Paul Singer e Felícia Madeira, que estudaram o trabalho da mulher, disseram

que “esse trabalho não se acha integrado na divisão social do trabalho e nem contribui para o produto social”; e essa observação ajuda a penetrar um pouco mais a fundo no significado do número de 6 milhões de mulheres ativas do censo de 1970. Veja-se, por exemplo, o que eram as mulheres “economicamente ativas” na agricultura.

Segundo o censo, na agricultura em 1970 estavam 20% do total de mulheres ativas: cerca de 1,2 milhão de mulheres. Seriam perto de 4,2 milhões de mulheres economicamente ativas no setor de serviços e cerca de 600 mil na indústria. Em 1970, porém, existiam 5,6 milhões de mulheres ocupadas na agricultura; deste total, 4,4 milhões eram mulheres da família do proprietário que não recebiam remuneração, ou seja, não eram “economicamente ativas”, não participavam da produção social — como não recebem dinheiro, não pertencem ao mercado, e estão, portanto, fora da economia capitalista.

PROPORÇÃO CONSIDERÁVEL

Carmem Barroso, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas fez uma análise sobre o fenômeno mulher-chefe-de-família, que tem aumentado consideravelmente: ela informa que atualmente é estimado entre 25 e 33% de todos os domicílios do mundo os que são chefiados por mulheres.

Com base em dados do PNAD de 1976 (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliari), Carmem Barroso assinala que as famílias chefiadas por mulheres entre nós já constituíam uma proporção considerável em 1970, e que seu número aumentou no período considerado. Para ela, o número de mulheres chefes de família deve ser maior que o registro oficial. Além disso, constatou que a chefia das mulheres é um fenômeno urbano. Uma das hipóteses para isso estaria no fato das migrações serem intensas.

Metade das mulheres chefes de família tem 50 anos ou mais. Carmem Barroso diz que isso parece indicar que para a mulher mais jovem é muito difícil chefiar uma família. Muitas vezes ela é obrigada a ficar na casa dos pais ou de parentes, ou engajar-se em nova união, para poder sobreviver. Ainda assim, 31% das mulheres chefes de família têm menos de 40 anos.

TRABALHO E POBREZA

Carmem Barroso assinalou ainda que a situação no trabalho para essas mulheres é ainda mais dura, pois além da baixa escolaridade (ou mesmo usência), do trabalho doméstico a que são obrigadas depois do emprego, elas não têm experiência alguma no mercado de trabalho. De fato, o rendimento das mulheres é muito mais baixo

que o dos homens. Quase metade delas (46%) recebe um salário mínimo ou menos. Entre os homens, apenas 10% encontram-se nessas condições. O que faz com que a pesquisadora mesma conclua que a chefia de famílias por mulheres está estritamente ligada à pobreza.

A lei que “protege”

Seção V

Da proteção à maternidade

Art. 389. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidas, em regulamentação de que os estabelecimentos comerciais ou industriais de trabalho, restrição ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez (177).

Art. 390. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de quatro (4) semanas antes e oito (8) semanas depois do parto (178).

§ 1.º Para as fins previstas neste artigo, o início do afastamento da empresa de seu trabalho será determinado pelo atestado médico nos termos do art. 376, e que deverá ser enviado pela empresa.

§ 2.º Em casos excepcionais, os períodos de licença antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais duas (2) semanas cada um, mediante atestado médico, na forma do § 1.º.

§ 3.º Em caso de parto antes do parto, a mulher terá sempre direito a 10 (dez) semanas previstas neste artigo.

§ 4.º Em casos excepcionais, mediante atestado médico, na forma do § 1.º é permitido à mulher trabalhar durante a licença.

— Resolva de art. 371 e 372 da Constituição de 1960.

Art. 391. Durante o período a que se refere o artigo 390, a mulher terá direito ao salário integral e, quando estiver recebendo de outra

(ASSIM NO ORIGINAL)
INEGUEZ

10 EXPERIÊNCIAS EXEMPLARES

Nossas repórteres Maria Helena Antunes, 25 anos, solteira, formada em jornalismo em 1975, pela FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado) e Sueli Aparecida Guarnieri, 24 anos, casada, último ano em Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas — FMU, foram “arrumar emprego” através de anúncios publicados em jornais da edição de domingo, dia 21, e procuraram preencher todas as formalidades exigidas, a começar pelo horário. Já de manhã elas estavam nas firmas e nas agências de emprego falando com as recepcionistas. Depois, passavam pelos testes de datilografia, preenchiam fichas e eram submetidas a um teste com psicólogas em certas firmas. Em seguida, apresentavam seus relatórios, feitos no final do mesmo dia em que percorreram os locais de emprego.

Secretária Júnior 7.000

Moça sem exp/boa dat elétr/ót/apar/solt/maior/Maloper - Rua Quirino de Andrade, 237/3* 2597687

Recepcionista

Para trabalhar em organização de porte. Ótimo ambiente de trabalho e possibilidades de progresso na organização. Datilógrafa, solteira, nível colegial, c/convênio com serviço de escritório. Idade de 21 à 30 anos. Tem uma foto 3x4. R. João Adolfo, 118 - 9ª - sala 908, das 8 às 10 horas, 2ª feira.

Recepcionista 4.000

Moça/solt/sem exp/dat/ót apar/maior/coleg/Maloper - Rua Quirino de Andrade, 237/3* 2597687.

EXPERIÊNCIA 1

O anúncio dizia: “Recepcionista. Para trabalhar organização de porte, ótimo ambiente de trabalho e possibilidade de progresso na organização”. Como condição, exigia uma datilógrafa, solteira, nível colegial com conhecimentos de serviços de escritório. Idade de 21 a 30 anos. Queria que trouxesse uma foto 3x4. Endereço: Rua João Adolfo, 118, 9.º andar, sala 908, das 8 às 10 horas na segunda-feira, 22.

Nossa repórter Maria Helena se apresentou nesse serviço dentro do horário e foi muito bem recebida pela recepcionista. A primeira coisa que teve de fazer foi preencher uma ficha com seus dados pessoais. Confidenciou à moça que era casada e que não tinha experiência anterior: mesmo assim disse que tinha curso colegial completo e conhecimento de datilografia. A recepcionista a encaminhou para uma entrevista com o encarregado do escritório.

“Nós pedimos uma moça solteira no anúncio, pois isto evitaria certos inconvenientes”, disse o encarregado do escritório à nossa repórter. Segundo ele, uma funcionária casada ao ser admitida na empresa aprende toda a rotina de trabalho e quando já está ficando apta ao serviço, muitas vezes precisa deixar a empresa porque está grávida, “ou por outro motivo qualquer” (ele mesmo não especificou qual). Além disso, acrescentou ele, uma funcionária casada falta ao trabalho com maior frequência que a solteira.

“Apesar de tudo, o fato da senhora ser casada não a prejudica em nada. A empresa tem várias funcionárias casadas e isto não seria problema”, disse para finalizar o encarregado da firma. Depois, estendeu a mão se despedindo de nossa repórter.

EXPERIÊNCIA 2

O mesmo jornal de domingo, na página de classificados, anunciava “recepcionista: ótima datilografia, boa aparência e comunicativa. Comparecer à rua João Adolfo, 118, 4.º andar, sala 403”. A nossa repórter foi recebida com frieza, “o que certamente desencorajava qualquer pessoa que está procurando emprego”.

Preenchida a ficha com os dados pessoais, o funcionário que a atendeu examinou as respostas cuidadosamente e deteve-se na parte branca que se referia à “experiência anterior”. Demonstrando desinteresse muito grande, pediu para que ela telefonasse dentro de dois dias para saber o resultado. Lógico que ela nem telefonou. Prá quê?

EXPERIÊNCIA 3

Desta vez a oferta era dupla: num canto do jornal o anúncio pedia recepcionista, salário de Cr\$ 4 mil, moça solteira, e de outro lado um anúncio pedindo

secretária júnior, salário Cr\$ 7 mil mensais, e como condição: “solteira, boa datilógrafa, ótima aparência”. O endereço era o mesmo: rua Quirino de Andrade, 237 — 3.º andar.

Desta vez nossa repórter declarou ser solteira e não ter experiência anterior. Foi convidada a fazer um teste de datilografia. Excelente: 189 toques por minuto, sem nenhum erro. Já que o teste tinha sido tão bom, ela disse para a entrevistadora que na verdade era casada. “Ah, isto é um problema sério, porque todas as firmas querem funcionárias solteiras”, respondeu a entrevistadora. “Eu mesma recebo muitas candidatas casadas todos os dias, mas é difícil conseguir colocação para elas”.

Demonstrando boa vontade, a entrevistadora telefonou para a empresa interessada e a resposta foi negativa. Não prevaleceu o resultado do teste, mas a condição de casada.

EXPERIÊNCIA 4

“Recepcionista-secretária” — dizia o anúncio — “maior, boa aparência para início imediato, com ou sem prática. Tratar à rua São Bento, 389 — 4.º andar, conjunto 42, horário comercial”. Nossa repórter foi no horário comercial. Preencheu a ficha como casada e foi encaminhada para a entrevista. Seu salário iria variar entre Cr\$ 4 a Cr\$ 6 mil mensais, para um trabalho de 8 horas diárias. Um trabalho simples, como definiu o encarregado, “e a senhora poderá aprender rapidamente”. Quanto ao fato de ser casada — surpresa! — isto não tem a menor importância, disse ele: “o estado civil dos funcionários é indiferente nesta empresa”.

EXPERIÊNCIA 5

Desta vez quem estava procurando emprego era Sueli Aparecida que tinha selecionado anúncio das páginas de jornais do domingo. Segunda-feira às 9h30 ela se apresentou na firma da rua Júlio de Castilhos, 244 — Belém. Preencheu uma ficha para o cargo de secretária júnior. Teve de aguardar alguns minutos, havia muita gente na espera. Entrou numa sala para ser entrevistada pela psicóloga Yalra, que de início prestou atenção para o detalhe “casada” em sua ficha. Yalra saiu da sala, foi consultar outras pessoas e voltou dizendo um “não”.

“Queremos manter uma certa homogeneidade”, disse a psicóloga. Em outras palavras: só moça solteira poderia trabalhar na firma. Como também falou que existe uma idade-limite, tanto para o escritório como no setor de produção.

EXPERIÊNCIA 6

Depois do almoço, meio-dia e quinze, Sueli bate a porta do conjunto 904 da rua 24 de Maio, 77, 9.º andar, firma de seleção. Falou com dona Dirce, que

a submeteu a um teste de datilografia. Nota: 9,5. Em seguida ela preencheu uma ficha para o cargo de secretária de vendas, salário de 8 mil mensais. Disse que era casada. Resposta: “isto não é indiferente”. Deu o endereço da indústria, naameda Tietê n.º 64 — Cerqueira César.

Às 16h30, Sueli estava na firma para fazer uma moça de nome Silvia, que por sinal não foi. Voltou na terça-feira às 9h30, mas alegrou-se ao ver outra moça tinha ido às 9h50 e a vaga já estava preenchida.

EXPERIÊNCIA 7

Sueli aparece na agência de empregos Marlene na rua Quirino de Andrade, 237 — 3.º andar, mesma que Maria Helena tinha ido na manhã de segunda-feira. Falou que era casada para uma de nome Rose. A resposta que obteve: não adianta a senhora preencher ficha desse jeito.

EXPERIÊNCIA 8

Agência de Empregos Temporários Manpe, rua 7 de Abril, 296, 5.º andar conjunto 81. O cargo era secretária júnior. Sueli falou com um certo Odilon, que a mandou fazer um teste de datilografia. Antes, disse que era casada. “Não tem importância para serviços temporários, não fazemos esse tipo de objeção”, alegou Odilon, que precisou sair. Sueli apresentou a Marlene, que queria que ela fizesse outro teste — também de datilografia.

Para dona Marlene nossa repórter voltou a insistir no seu estado civil. Marlene consultou a ficha e a resposta foi negativa.

EXPERIÊNCIA 9

Na Selpes — Agência de Empregos, rua 7 de Abril, 105 — 2.º andar, nossa repórter foi atendida por Mariza, que deu-lhe uma ficha. O cargo era secretária-português. Salário: Cr\$ 8.500,00. Não exigências quanto ao estado civil nem quanto a idade, apenas uma particularidade: “as moças com idade acima de 25 anos, “por ter experiência”.

EXPERIÊNCIA 10

Terça-feira às 10h10, Sueli vai à rua da Consolação, 2043, 2.º andar. O cargo oferecido era de secretária em português. Foi entrevistada por Iolanda, que deu-lhe uma ficha para preencher. Disse que tinha problema quanto ao estado civil. Mandou ela aguardasse a chamada, porque a classificação era feita por eliminatória, devido principalmente grande número de candidatos.

Carestia: Dia Nacional de Luta

Reportagem de Maria Helena Antunes
Fotos de Eduardo Gouvêa

No I Encontro Nacional Contra a Carestia, realizado nos dias 27 e 28 últimos, pelo Movimento do Custo de Vida, foi marcado para o dia 27 de agosto seu Dia Nacional de Luta, com boicote a um produto alimentício caro, escolhido a critério de cada região. Nesse mesmo dia, será entregue no Palácio do Planalto, em Brasília, nova lista de assinaturas contra a carestia, pedindo, além do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial e aumento de salário acima do aumento do custo de vida, e também "terra para os que nela trabalham ou desejam trabalhar e condições técnicas para tanto".

No Encontro, foi aprovada também moção de "descontentamento e repúdio" ao Ministério do futuro presidente general João Batista Figueiredo, entre outras decisões. No final do Encontro decidiu-se a mudança do nome — Movimento do Custo de Vida para Movimento Contra a Carestia.

Mais de duzentas pessoas lotaram o auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, nos dois dias, para participar do I Encontro Nacional Contra a Carestia, pelo Movimento do Custo de Vida. O Encontro contou com a participação de representantes de Alagoas, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Ceará e várias regiões de São Paulo e cidades do Interior do Estado.

O deputado federal Aurélio Perez cumprimentou a todos na abertura do Encontro, "principalmente aqueles que vieram de tão longe": "Estamos aqui para trabalhar juntos e discutir os problemas que afligem o trabalhador brasileiro. Esta situação tem solução. É a participação do povo na luta contra a carestia."

"O objetivo deste Encontro — prosseguiu — é a reunião de representantes de outras cidades, de outras regiões e de outros Estados para uma troca de experiências e juntos encontrarmos um caminho único nesta luta. Por isso, as delegações reunidas neste encontro estão examinando a política econômica do Governo, a luta contra a carestia na cidade e no campo e como encaminhar as reivindicações".

E acrescentou: "O Governo respondeu 'não' ao povo na entrega do abaixo assinado, pois não está interessado em resolver o problema da carestia. É preciso ampliar o movimento para outras áreas e outros Estados, pois o problema da carestia não é sentido apenas em São Paulo, mas no Brasil todo. É necessário que o povo assuma esta luta de garantir o pão-de-cada-dia para nós e para nossos filhos".

No roteiro das discussões constavam os seguintes temas: Salário e Custo de Vida, Congelamento dos Preços, Relação Cidade-Campo e Política Econômica do Governo.

DEPOIMENTOS

Depois de aprovada a pauta de discussões do dia, foram ouvidos os depoimentos dos representantes de cada Estado, com relatos de como começou o trabalho, o que vem sendo feito e quais as dificuldades e conquistas de cada região.

No Rio Grande do Sul, o Movimento começou a partir da mobilização feita por São Paulo. Segundo Edi Girardi, representante de Porto Alegre, "o pessoal resolveu formar uma comissão coordenadora do movimento e ir às vilas



conversar com as pessoas. Nós estamos contando com o apoio da Igreja, de alguns sindicatos e associações. Já realizamos duas assembleias gerais com a participação de entidades do interior, vários encontros intervalos e assembleias locais".

— É importante notar que muitas associações de bairros surgiram a partir do Movimento do Custo de Vida de Porto Alegre — disse Edi Girardi. "O movimento ainda tem pouca divulgação, mas com o avanço do trabalho as pessoas vão se fortalecendo e ampliando o movimento".

Já em Rui Barbosa (BA), o movimento começou, como em São Paulo, através do Clube de Mães. "Conseguimos mais ou menos duas mil assinaturas para o abaixo-assinado e depois fizemos uma pesquisa para avaliar a situação do povo da região", afirmou José Gomes um dos representantes de Rui Barbosa. O movimento é composto principalmente por lavradores, operários e segundo Marta Anjos, representante dessa cidade "a maior dificuldade da região é a terra e o preço da lavoura. O lavrador ganha uma ninharia e os intermediários é que encarecem o produto. Nós vamos fazer uma pesquisa pa-

ra saber quanto o lavrador gasta num saco de farinha, de milho, enfim, de cada produto, para estabelecer um preço mínimo de venda. Outra meta é conseguir o armazenamento do produto para eliminar o intermediário".

— Fernandópolis é região de gado. Mas a gente não pode nem passar perto do açougue, de tão alto que está o preço da carne — foi o que afirmou Agenor Gomes em seu depoimento sobre o movimento na cidade paulista. "Para descobrir a causa deste e de outros problemas nós estudamos a conjuntura do País a partir de 1964. O nosso trabalho é feito na base de comunidades, composto principalmente de assalariados, empregados dos frigoríficos e lavradores da região". Segundo ele, o Movimento do Custo de Vida em Fernandópolis começou com um abaixo-assinado pedindo a melhoria do INPS local. "Estivemos presentes na Praça da Sé para a entrega do abaixo-assinado contra a carestia e trabalhamos

na conscientização do voto junto ao povo da nossa região". E acrescentou: "O povo lá em Fernandópolis tem muito medo do patrão. Mas é preciso continuar nesta luta, ampliando cada vez mais o movimento".

“As pessoas têm medo”

Em São José do Rio Preto o primeiro contato com o Movimento do Custo de Vida foi através da televisão quando das notícias sobre a entrega do abaixo-assinado na Praça da Sé, em agosto do ano passado.

— A partir daí nós passamos a acompanhar as notícias do movimento — disse Ivone Santos de Azevedo, uma das representantes daquela cidade. “Tínhamos esperança de que o presidente da República recebesse a comissão que foi a Brasília entregar o abaixo-assinado. Afinal eram mais de um milhão de assinaturas. Foi para nós uma grande decepção a reação do Governo. Foi aí que decidimos participar do movimento, pois, se todo o povo participar, as autoridades não poderão deixar de atender às reivindicações”.

A primeira reunião do Movimento do Custo de Vida de São José do Rio Preto ocorreu na igreja Nossa Senhora do Carmo com a presença de 300 pessoas. O movimento é formado principalmente por donas-de-casa e jovens da comunidade.

— Agora nós estamos estudando a Consolidação das Leis do Trabalho para podermos orientar as pessoas sobre os direitos do trabalhador, disse Ivone, acrescentando:

— O movimento não tem crescido muito na nossa cidade porque as pessoas têm medo. Muitos amigos nos dizem “você estão correndo o risco de serem presos”. O trabalho principal do Movimento do Custo de Vida deve ser a conscientização do povo. Pois só com a participação do povo conseguiremos alguma coisa.

Os casais juntos na luta

Maria de Lourdes Neves Arruda mora na periferia de Porto Alegre. É casada, tem um filho recém-nascido e seu marido é metalúrgico.

— A gente participa do movimento porque já nascemos sentindo na pele os problemas do trabalhador. Meus pais são operários e meu marido também. Por isso conheço bem as dificuldades que milhões de famílias enfrentam todos os dias. Eu e meu marido entramos juntos na luta. Foi ele quem ficou cuidando da casa pra eu poder vir ao Encontro. A semana que vem é ele quem tem reunião no Sindicato. Mas a gente se apóia um no outro e participamos ambos, porque a gente sabe que a situação está difícil e tem muita coisa pra ser feita.

Já para Amélia Silvestrin, de Fernandópolis, é mais difícil conciliar o trabalho de casa com as reuniões do movimento:

— As vezes dá problema, sim. Porque a maioria dos homens em Fernandópolis não tem horário fixo nas firmas. Eles trabalham em regime de revezamento.

Trabalho baseado no povo

“Viajar 60 horas para vir ao encontro não tem problema. O problema é acreditar na coisa”.

Com estas palavras o representante do Pará, Milton Luís da Silva, pedreiro, saudou os presentes ao Encontro, ao depor sobre o Movimento do Custo de Vida em seu estado.

— O movimento começou quando recebemos de São Paulo o texto do abaixo-assinado. Um grupo da periferia de Belém mobilizou a população para colher o máximo de assinaturas. Depois de entregues as assinaturas, o grupo sentou-se para discutir como dar sequência ao trabalho. Como primeiro passo, procuramos esquecer um pouco o movimento de São Paulo e nos preocupamos em formar o Movimento do Custo de Vida do Pará. Toda luta precisa ter uma direção. Foi formada uma coordenação, a partir de uma comissão com representantes de cada bairro.

Uma preocupação do Movimento do Custo de Vida do Pará, segundo Milton Luís da Silva, é “de não se misturar muito aos estudantes, aos políticos e à Igreja. Nosso movimento é formado basicamente de donas-de-casa, operários, gente do povo, enfim”.

— Nós precisamos também da colaboração daqueles elementos. Como elementos de apoio, que tragam esclarecimentos para que o movimento



aja com maior consciência. E não para encaminhar a luta. O homem tem capacidade para tudo.

E é o povo quem deve decidir. É o povo quem deve dirigir a luta.

O Movimento no Pará mantém contatos com 12 municípios. É o representante desse estado quem afirma que “o movimento tem mais raízes no interior do que na cidade. O problema da terra é um problema de todo o povo

paraense, e está ligado ao problema do custo de vida. O homem do campo é mais carente do que o da cidade porque há falta do veículo de informação”.

— É preciso promover discussões nos bairros para desenvolver um trabalho a nível de conscientização pois que o movimento só tem sentido com a participação da massa. Por isso, o movimento no Pará não se

preocupa com quantidade, mas que o trabalho crie raízes. Nós só acreditamos no trabalho se ele for um movimento de massa, encaminhado pela massa. Senão, não funciona.

“O POVO NÃO É BURRO”

— Qual a principal meta do movimento no Pará?

— É ligar o Movimento do Custo de Vida com os problemas gerais. Porque não é só o problema da sobrevivência, do alimento, que aflige o trabalhador brasileiro. É também a moradia, a escola, a saúde, tudo isso junto. É difícil. Porque não que o povo seja burro. O povo é inteligente até demais. Mas o povo vive amedrontado. E nos procuramos discutir com o povo e ligar o Movimento do Custo de Vida aos outros problemas que afetam o povo brasileiro.

— Qual a maior contribuição que este Encontro trouxe ao Movimento do Custo de Vida do Pará?

— Nós tivemos a oportunidade de um relacionamento com os outros estados, e conhecer outras realidades. Aqui nós vimos pessoas humildes contando as dificuldades das suas regiões. E isso é um incentivo muito grande para nós. É uma experiência que vai enriquecer muito o nosso trabalho.

Bairro sem definição de limite

Um grupo de senhoras da Comunidade do Bairro Industrial de São José Operário, da periferia de Belo Horizonte, se reuniu e fez uma pesquisa para saber qual o problema que mais atingia o pessoal da região. E chegou à conclusão de que a saúde é o problema mais sério dos moradores daquele bairro. Problemas de saúde provocados pela falta de esgoto, água e de depósitos de lixo.

E estes problemas ficavam sem solução simplesmente porque o bairro não tem definição de limite. Ou seja, as autoridades não sabem dizer a qual administração pertence o bairro. Só que para a cobrança de impostos as duas administrações em questão reclamavam os impostos dos moradores.

Foi assim que chegamos ao Movimento do Custo de Vida — diz Eva Joana Braz, uma das representantes de Belo Horizonte. O movimento conta com grande apoio da Igreja. Fizemos então uma vigília onde colhemos 3.500 assinaturas e encaminhamos ao prefeito de Belo Horizonte, com o pedido de decisão de limite do bairro Industrial de São José Operário.

Esse problema ainda não foi solucionado, pois segundo Eva, o prefeito declarou que "este é um problema do governo do Estado e não da prefeitura". Desta forma, os moradores continuam à espera de uma decisão.

O Movimento do Custo de Vida ainda é pequeno em Belo Horizonte — disse Eva — mas viemos ao Encontro para colher experiências de outros Estados e ampliar o nosso Movimento.

O Movimento em S. Paulo

"O Movimento do Custo de Vida em São Paulo nasceu há 6 anos de uma organização de Clube de Mães que se viram obrigadas a tomar uma decisão diante da vida difícil que levavam. Nos debates para conhecer mais a fundo a realidade do país, descobriram que o custo de vida alto e o salário baixo estavam ligados a problemas como o da terra, da dívida externa, das grandes indústrias nacionais e estrangeiras e da falta de liberdade. E descobriram, principalmente, que tudo isso não era um problema só dos Clubes de Mães, mas de todo o povo brasileiro.

O abaixo-assinado que todos toparam fazer foi uma arma e muito importante, pois as pessoas se organizavam, discutiam seus problemas, ganhavam coragem de sair às ruas, de conversar com o povo que desconhecia o Movimento do Custo de Vida.

A Assembléia do dia 27 de agosto do ano passado confirmou todo o trabalho que foi feito, e se a polícia não estivesse lá e a praça não tivesse sido negada ao povo, certamente 100.000 pessoas lá estariam gritando Abaixo a Carestia.

A ida à Brasília, a forma como o governo tratou o povo e a resposta dizendo que as assinaturas eram falsas só serviram para fortalecer o Movimento.

Também é uma preocupação do Movimento que os Sindicatos, os artistas, os estudantes, as igrejas, o MDB, as associações de bairro e outras entidades participem lutando pelas reivindicações.

E é com a finalidade de ampliar e reestruturar o trabalho que foi convocado este encontro, levantando pontos principais de continuidade do Movimento.

Por outro lado, também, o Movimento do Custo de Vida precisa estar junto com as outras lutas do povo, desde as lutas pequenas dos bairros, até as lutas maiores". (trechos principais)

Manifesto repudia Ministério

Do manifesto aprovado no I Encontro Nacional consta uma moção de "descontentamento e repúdio" ao Ministério escolhido pelo futuro presidente general João Batista Figueiredo, "principalmente aos ministros da área econômica Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen, Karlos Rischbieter e Mário Andreazza", justificando que "conhecemos o passado de alguns deles, que tanto mal já causaram aos trabalhadores do Brasil".

O Movimento inclui um adendo ao abaixo-assinado, "especificando os seis gêneros alimentícios mais usados pela população de São Paulo: arroz, feijão, óleo, carne, leite e café" e que "outras regiões poderão escolher os produtos conforme suas realidades e problemas específicos". Assume o Movimento inclusive a "luta pelo salário mínimo nacional — que os salários regionais sejam abolidos e que o índice tomado para aumento atenda às necessidades dos trabalhadores". Decide, ainda, "reforçar as lutas no 1.º de maio, juntamente com os sindicatos, Igreja e entidades por um salário mínimo nacional e pelo congelamento dos preços".

OUTRAS MOÇÕES

Outras moções de apoio e repúdio do movimento foram lidas e aprovadas: moção de apoio ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo pelo comprometimento à luta popular; de apoio aos favelados da Av. José Bastos, Ceará, pela resistência à sua expulsão violenta; aos Índios Chavantes, pelas suas lutas e vitórias (posteriormente foi acrescentado que a moção deveria abranger a luta de todos os índios brasileiros); de apoio à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; de apoio aos parlamentares comprometidos com o povo; e nota de repúdio à venda da Amazônia. Duas moções foram bastante aplaudidas: uma dirigida a Puebla e outra contra os ministros do novo governo.